UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LAURIANE CRUZ AGUIRRE

BRASIL E O BINÔMIO SEGURANÇA E COOPERAÇÃO: A FORÇA INTERINA DAS NAÇÕES UNIDAS NO LÍBANO E A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (2006-2011)

Santana do Livramento
2016

LAURIANE CRUZ AGUIRRE

BRASIL E O BINÔMIO SEGURANÇA E COOPERAÇÃO: A FORÇA INTERINA DAS NAÇÕES UNIDAS NO LÍBANO E A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (2006-2011)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Renato José da Costa

Santana do Livramento
2016

LAURIANE CRUZ AGUIRRE

O BRASIL E O BINÔMIO SEGURANÇA E COOPERAÇÃO: A FORÇA INTERINA DAS NAÇÕES UNIDAS NO LÍBANO E A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (2006-2011)

Santana do Livramento
2016

“Peacekeeping is cheaper than war.”
(Kofi Annan)

“La caridad se ejerce verticalmente y desde arriba; la solidariedad es horizontal”
(Eduardo Galeano)

RESUMO

A diplomacia brasileira foi pautada no multilateralismo, na preservação da segurança humana e na solução pacífica de controvérsias. Também tem defendido a aliança entre a Segurança e a Cooperação, tendo em vista que os conflitos mundiais são consequências da pobreza, enfraquecimento do sistema governamental, assimetrias socioeconômicas, entre outros. Desta forma, percebe-se que o Brasil desenvolveu sua atuação internacional, participando ativamente das missões de paz do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em paralelo com o desenvolvimento de projetos de cooperação com os países receptores das missões de paz. Este processo foi observado na cooperação brasileira com o Líbano a partir do acirramento do conflito no país em 2006, e a participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas para o Líbano e a Força Tarefa Marítima (UNIFIL MTF). Nesse contexto, o presente trabalho busca compreender os efeitos gerados pelo binômio Segurança e Cooperação na estrutura socioeconômica libanesa.

Palavras-chave: Cooperação; Brasil; Líbano; Conselho de Segurança da Nações Unidas; Agência Brasileira de Cooperação; Teoria Institucionalista.

RESUMEN

La diplomacia brasileña fue pautada en el multilateralismo, la preservación de la seguridad humana y la solución pacífica de las controversias. También fue defendida la alianza entre la seguridad y la cooperación, teniendo en vista que los conflictos globales son consecuencias de la pobreza, debilitamiento del sistema gubernamental, las disparidades socioeconómicas, entre otros. De este modo, se observó que Brasil ha desarrollado sus operaciones internacionales, participando activamente en las misiones de mantenimiento de la paz del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (CSNU) en paralelo con el desarrollo de proyectos de cooperación con los países anfitriones de las misiones de paz. Este proceso fue observado en la cooperación de Brasil con Líbano desde la intensificación del conflicto en el país en 2006, y la participación brasileña en la Fuerza Provisional de las Naciones Unidas en el Líbano y la Fuerza Marítima (UNIFIL MTF). En ese contexto, este estudio tiene como objetivo comprender los efectos generados por el binomio Seguridad y Cooperación en la estructura socioeconómica libanesa.

Palabras clave: Cooperación; Brasil; Líbano; Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas; Agencia Brasileña de Cooperación; Teoría Institucionalista.

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE IMAGENS

LISTA DE SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
AMO - Area of Maritime Operations
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAD - Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
CID - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
Cobradi - Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSS - Cooperação Sul-Sul
CTI - Cooperação Técnica Internacional
CTPD - Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
DCT - Departamento de Cooperação Científica e Tecnológica
FINEP - Financiamento de Estudos e Projetos
FDI - Força de Defesa de Israel
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
LAF – Lebanese Armed Force
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MONUSCO - Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo
MRE - Ministério de Relações Exteriores
MTF - Marine Task Force
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OLP - Organização da Libertação Palestina
OIG - Organizações Internacionais Governamentais
ONG - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB - Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SLA – Exército Sul libanês
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUBIN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República

UNIFIL - United Nation Interim Force in Lebanon

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho dedica-se a examinar as relações cooperativas estabelecidas entre Brasil e Líbano a partir do ano de 2006. Para tal, buscou-se compreender o papel dos órgãos que propiciaram essas relações, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por meio da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), a qual o Brasil tem participação com o comando da Força Tarefa Marítima (MTF) em 2011.

O Brasil tem desempenhado sua atuação no âmbito internacional beneficiando os direitos humanos, a resolução pacífica de controvérsias, prezando por negociações multilaterais para a solução de conflitos, incentivando a segurança humana, alimentar e a redução das assimetrias no âmbito das Organizações Internacionais. Dentro do CSNU, essas questões foram enfatizadas, bem como a compreensão de que a solução de conflitos mundiais não envolve apenas a esfera militar. Nesse sentido, busca-se solucionar o que o Brasil considera como mecanismo propiciador dos conflitos internos de um Estado, que em grande maioria estão relacionados à pobreza, assimetrias socioeconômicas e desestruturação dos agentes governamentais.

Por conseguinte, o Brasil pauta sua atuação incentivando o binômio Segurança e Cooperação ao atentar para relação existente entre insegurança e subdesenvolvimento. Para tal, da mesma forma que o Brasil desempenha sua atuação na UNIFIL MTF, concomitantemente elabora relações cooperativas com o Líbano por meio da Agência Brasileira de Cooperação. As relações entre Brasil e Líbano, nesse sentido, não se limitam apenas à esfera de segurança por meio da participação brasileira na UNIFIL MTF, mas também pelos projetos desenvolvidos pela ABC, visando o desenvolvimento do país através do compartilhamento das experiências vivenciadas pelo Brasil e suas instituições, objetivando o progresso socioeconômico autossuficiente do Líbano.

Deste modo, este trabalho questiona a possibilidade de identificar alterações na estrutura socioeconômica libanesa a partir da aplicação do binômio Segurança e Cooperação. Neste contexto, o trabalho tem por objetivo analisar os efeitos da atuação brasileira, por meio da UNIFIL MTF e dos projetos da ABC, buscando, com isso, identificar os efeitos da atuação brasileira no Líbano. Mais especificamente, objetiva-se a examinar o posicionamento brasileiro quanto o binômio Segurança e Cooperação, por meio da análise do desenvolvimento da UNIFIL

MTF, conjuntamente com a observação dos mecanismos pelo qual se executam a Cooperação Técnica com o Líbano.

A hipótese utilizada no presente trabalho partiu da observação do envolvimento do Brasil em outras Missões de Paz do CSNU, como a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), aventou-se a hipótese de que haveria a confluência do discurso com a atuação. O engajamento do Brasil na MINUSTAH envolveu não apenas a segurança, mas também a recuperação das instituições democráticas haitianas e a superação pobreza e seus agravantes.

Nesse sentido, o Brasil desenvolveu, paralelamente, projetos de Cooperação Técnica embasados nos princípios de não-indiferença às necessidades da população e o respeito à soberania do país, da mesma maneira que é defendido em seu discurso, a execução do binômio Segurança e Cooperação como mecanismo impulsionador do desenvolvimento. Pode-se observar alteração na estrutura socioeconomica haitiana, por meio da elevação de seus índices de desenvolvimento e o exito em alguns dos objetivos da missão. Deste modo, considerando as diferenças entre a MINUSTAH e a UNIFIL, assim como as necessidades atendidas pela Cooperção Técnica da ABC, aventou-se que a aplicação do binômiono caso libanês apresentaria a mesma propensão demonstrada no caso haitiano.

A relevância acadêmica apresentada pela pesquisa justifica-se pela indispensabilidade de analisar se é possível serem identificados os resultados esperados e defendidos pelo discurso brasileiro sob o binômio Segurança e Cooperação, para fomentar o debate quanto à efetividade dos esforços brasileiros para com o Líbano. Complementarmente, a contribuição brasileira para a UNIFIL possui um caráter pioneiro ao ser a primeira missão do CSNU comandada pela Marinha do Brasil e a segunda maior contribuição brasileira para as missões da organização, representando uma tematica de grande importância acadêmica, por contribuir para a compreenção da atuação brasileira em missões de paz e sua relevancia para a gestão das resoluções dos conflitos internacionais.

O trabalho se estrutura em cinco capítulos, dos quais o primeiro é dedicado à análise da Teoria Institucionalista Neoliberal, provedora do arcabouço teórico de todo o trabalho ao evidenciar o papel desempenhado pelas Instituições Internacionais no processo de cooperação e institucionalização. Aplicado as relações entre Brasil e Líbano, a Teoria Institucionalista Neoliberal respalda a intepretação da atuação no âmbito do Conselho de Segurança das Nações

Unidas, e o desempenho brasileiro nas missões de paz da Organização das Nações Unidas no Líbano. A base teórica do primeiro capítulo partirá das abordagens dos pesquisadores Robert Keohane e Lisa Martin.

O segundo está subdividido em três subcapítulos que abordarão a compreensão brasileira quanto a Cooperação Técnica e a Cooperação para o Desenvolvimento, bem como a observação da estrutura da Instituição responsável pela elaboração e execução da cooperação, a Agência Brasileira de Cooperação. Deste modo, poderá ser examinada a condução e efeitos da cooperação entre Brasil e Líbano. O terceiro capítulo é destinado ao apanhado histórico dos antecedentes do conflito no Líbano de 2006, tendo em vista a necessidade de compreensão de seus efeitos na estrutura libanesa.

O quarto capítulo destina-se a abordar sobre o Conselho de Segurança, a operacionalização das missões de paz. Nesse sentido, será analisado a atuação do Brasil no âmbito do CSNU e das missões de paz, mais especificamente no estabelecimento da UNIFIL após sua reformulação em 2006 e a criação da Força Tarefa Marítima (MTF), a qual o Brasil assume o comando no ano de 2011. Também serão apresentados os desafios da missão de paz, bem como os desdobramentos e efeitos reportadas pelos relatórios do CSNU.

No que tange à metodologia empregada, o presente trabalho utilizará o método hipotético-dedutivo e a metodologia qualitativa para contribuir na elucidação da problemática e comprovação da hipótese. Ainda, para atender aos objetivos dessa pesquisa, far-se-á uma revisão bibliográfica acerca do tema proposto e utilizar-se-á fontes primárias – como as Resoluções do CSNU sobre a UNIFIL MTF; os relatórios sobre os desdobramentos da missão para o CSNU; os decretos dos acordos de cooperação desenvolvidos pela ABC –, bem como fontes secundárias como dados correspondentes à estrutura socioeconômica do Líbano, e dados sobre os investimentos brasileiros para o desenvolvimento da cooperação, quanto às contribuições para as missões do Conselho de Segurança.

2 A TEORIA INSTITUCIONALISTA NEOLIBERAL

A Teoria Institucionalista Neoliberal é, nesse trabalho, ferramenta auxiliar na compreensão da atuação das Instituições Internacionais nos processos de cooperação interestatal. Mais especificamente, na análise da atuação brasileira no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e sua participação na UNIFIL, bem como os desdobramentos da cooperação entre Brasil e Líbano, desenvolvidos pela ABC.

O estudo das Instituições Internacionais nas Relações Internacionais é abordado inicialmente com o fim da II Guerra Mundial, preconizando o entendimento de que as Instituições são tanto o objeto de escolhas estratégicas dos Estados, quanto um constrangedor de seu comportamento (MARTIN; SIMMONS, 1998).

A partir década de 1970 os conflitos de interesse, no âmbito das Organizações Internacionais, foram dificultando a atuação das instituições em decorrência do influxo de novos Estados pós-coloniais. As disputas de interesses entre os novos Estados e os Estados centrais levavam alguns pesquisadores e formuladores de política à conclusão de que as Instituições Internacionais tinham um papel marginal no jogo da política internacional. A taxa de câmbio e a crise do petróleo, na década de 1970, ajudaram a trazer a percepção, tanto para os formuladores de política como para a academia, de que os problemas globais necessitariam de uma política sistemática coordenada e que tal coordenação requeria Instituições. Nesse sentido, cientistas políticos começaram a redefinir o estudo sobre Instituições Internacionais e, na década de 1980, pesquisadores buscaram fazer análises mais profundas das condições sob as quais os Estados interagem e como as Instituições Internacionais se inserem nesse processo (KEOHANE, 1998).

As Instituições podem ser compreendidas, segundo Martin e Keohane (1995), como uma criação dos Estados com o intuito de antecipar efeitos e padrões de comportamento de outros Estados. Do mesmo modo que a teoria Institucionalista Neoliberal emprega em sua constituição conceitual variáveis dependentes e independentes. Tais variáveis são observadas na capacidade das instituições em mudar de acordo com o resultado das ações humanas e, também, a partir dessas mudanças, exercer grandes efeitos no comportamento dos Estados.

Não se impondo ao Estado, as Instituições Internacionais respondem às demandas dos mesmos por meios cooperativos de execução de suas próprias propostas. Para reduzir incertezas e custos na elaboração e aplicação dos acordos, as Instituições Internacionais também ajudam

Estados a adquirirem ganhos coletivos. Os procedimentos e regras das Instituições Internacionais criam uma estrutura informacional, determinando quais princípios são aceitáveis como base para reduzir conflitos. Consequentemente, eles ajudam a formar as expectativas dos atores (KEOHANE, 1998).

Keohane (1993) afirma que os Estados nem sempre estão constrangidos pelas Instituições, porém as suas ações dependem dos efeitos gerados pelos acordos institucionais. Tais efeitos correspondem ao fluxo de informações e oportunidades de negociar; à capacidade do Estado de controlar as propostas de outros Estados e pôr em prática as suas; à capacidade de fazer compromissos críveis; e, às expectativas prevalecentes sobre a estabilidade dos acordos institucionais. Outro modo de assimilação do conceito de instituição compreende que as mesmas são um conjunto de regras que prescrevem condutas, restringem e configuram atividades e expectativas. Keohane ainda ressalta a importância das Instituições Internacionais para os Estados, pois afetam os incentivos que os mesmos enfrentam e os permitem atuar de forma até então considerada inconcebível. Ademais, as Instituições também são capazes de afetar a compreensão dos líderes de Estado quanto à motivação dos outros Estados e suas próprias.

As instituições podem ser definidas de três formas distintas:

a) Organizações Governamentais formais e as Não Governamentais Internacionais, que corresponde à burocracia e regras específicas, desenhadas pelos Estados, e tem a capacidade de controlar a sua atividade e reagir a mesma. Como será abordado nesta pesquisa, a Organização das Nações Unidas é um exemplo de Organização Governamental formal.
b) Regimes Internacionais compreendem regras explícitas de um conjunto específico de temas, os quais os governos aceitam sua pertinência dada sua especificidade.
c) Convenções relacionam-se a instituições de caráter implícito e informal, que configuram as expectativas dos atores ao possibilitar a coordenação de seu comportamento por meio do entendimento entre os mesmos.

Todavia, a distinção entre as formas das instituições não é clara, pois acordos negociados frequentemente envolvem regras explícitas – que correspondem à estrutura burocrática das Organizações Internacionais – com os entendimentos implícitos provenientes das Convenções Internacionais; assim como as Organizações Internacionais encontram-se conectadas aos Regimes Internacionais, quem, em grande parte de suas ações, controlam,

manejam e modificam o funcionamento desses Regimes. Do mesmo modo, as Instituições podem ser caracterizadas pela dimensão que corresponde: Comunidade é o grau onde o comportamento e entendimento do modo de interpretação das ações são compartilhados no sistema; a Especificidade corresponde ao grau de especificação das expectativas em formar regras; e Autonomia, que é a capacidade da Instituição alterar suas regras de forma autônoma. Cabe destacar que não é considerada a relação entre o grau de institucionalização e sua importância na política mundial (KEOHANE, 1993).

Ademais, a Teoria Institucionalista Neoliberal observa que o Estado possui um caráter racional e egoísta, atuando em um sistema onde os acordos não podem ser hierarquicamente forçados, e onde a cooperação interestatal ocorre se os Estados possuem um significante interesse comum (KEOHANE; MARTIN, 1995).

Nesse sentido, Keohane (1993) aponta dois condicionantes para que ocorra a cooperação entre Estados. A primeira condição é o interesse mútuo, que respalda a Teoria Institucionalista Neoliberal, assim como os potenciais ganhos comerciais para a Teoria Neoclássica de Comércio Internacional. A segunda corresponde à variação dos graus de institucionalização que afetam na variação do comportamento dos Estados.

A cooperação não é vista como um equivalente à harmonia, pois a harmonia requer identidade completa e interesses, diferentemente da cooperação que pode ter lugar em situações onde haja a mistura entre conflito e interesses complementares. Nesta situação, a cooperação ocorre quando os atores ajustam seu comportamento para antecipar ou ver a atual preferência dos outros. A compreensão da Teoria Institucionalista Neoliberal quanto à anarquia do Sistema Internacional refere-se, nesse sentido, a uma falta de governo comum na política mundial. A afirmação de que a política internacional é anárquica não implica inteiramente na falta de organização, pois as relações entre atores podem ser cuidadosamente estruturadas em algumas áreas. Do mesmo modo, algumas questões podem ser proximamente conectadas através da operação das instituições (AXELROD; KEOHANE, 1985).

Jervis (1999) afirma que a política internacional é caracterizada pela constante barganha, implicando em uma mistura de interesses comuns e conflituosos. Os neoliberais institucionalistas não negam a existência de casos de extremo conflito, mas também não os veem como um todo, ou mesmo como uma representação da política mundial. Em muitos casos

e áreas, os Estados são capazes de trabalhar juntos para mitigar os efeitos da anarquia, produzindo ganhos mútuos e evitando dividir prejuízos.

Cabe compreender também a institucionalização nesse contexto, Keohane (1993) analisa que em um sistema internacional ausente de institucionalização haveria a falta de coordenação e entendimento dos interesses comuns dos Estados. O autor explana que, os sistemas internacionais já vivenciados, no decorrer do tempo, adquiriram convenções que auxiliaram na coordenação das ações dos Estados. Desta forma, as Instituições possuem aspectos constitutivos e regulatórios, responsáveis por ajudar na definição dos interesses estatais e de que maneira serão interpretas as ações dos Estados.

A Teoria Institucionalista Neoliberal evidencia a importância da cooperação interestatal ao desenvolver a concepção de que as Instituições criam a possibilidade de os Estados cooperarem mutuamente em benefício da redução dos custos, reforçando a prática da reciprocidade, que provê incentivos para os governos manterem seus próprios compromissos e assegurar que os outros o façam também. Partindo da compreensão de que os Estados estejam conformados com as regras, o que faz com que o comportamento do mesmo e dos outros sejam mais previsíveis (KEOHANE, 1998).

Assim como na Teoria dos Jogos[1], Mariano (1995) compreende que a repetição das relações cooperativas fazem com que se estabeleça um parâmetro da atuação dos parceiros, tornando mais fácil a tomada de decisões de acordo, tendo em vista o padrão comportamental dos parceiros. Deste modo, produz-se um cenário minimamente previsível quanto ao comportamento dos outros Estados.

Do mesmo modo, Grieco (1988) aponta que as relações entre os Estados, no Sistema Internacional anárquico, se comparam às relações no Dilema do Prisioneiro. Nesse Dilema, os Estados preferem a cooperação mútua em vez da não cooperação, mas primeiramente preferem efetuar uma manobra trapaceira bem-sucedida do que cooperar. Entretanto, é preferível perder em decorrência da cooperação do que perder devido à trapaça de algum parceiro. Dessa forma, opta-se pela cooperação porque é a única alternativa que garante mais segurança nas relações

[1] A Teoria dos Jogos aplicada às relações internacionais parte da compreensão de que os Estados são agentes centrais e unitários que visam o poder no sistema internacional. Incialmente desenvolvida pela escola realista. A teoria dos jogos é apresentada na teoria institucionalista neoliberal apresenta a aplicabilidade dos jogos nas questões de cooperação e promoção da reciprocidade (MELLO, 1997).

interestatais, em um cenário onde sabe-se que os custos de não cooperar e de efetuar uma trapaça que não o favoreça são altos, tornando a cooperação mais vantajosa.

Os altos custos das transações e as incertezas assimétricas modeladas pelo Dilema do Prisioneiro podem ser amenizados, principalmente, provendo informações aos atores. As instituições permitiriam que os Estados alcançassem seus próprios objetivos mais eficientemente, como já observado, devido aos seguintes fatores: prover informações; monitorar tendências; aumentar a interação; facilitar conexões e ligações; definir traições; e, oferecer soluções para estas. Não é negada a importância do poder do Estado, mas em decorrência dos constrangimentos impostos pela ausência de hierarquia global, estes atores poderiam colher ganhos da cooperação através da concepção de quais Instituições são apropriadas para seus interesses (KATZENSTEIN; KEOHANE; KRASNER, 1998).

Partindo dessa compreensão acerca do comportamento estatal, Keohane (1993) afirma que os acordos não são fáceis de serem efetivados ou de serem mantidos, mas a capacidade de comunicação e cooperação dos Estados depende da contribuição das Instituições Internacionais ao fornecer o fluxo de informações necessárias para essas transações.

A reciprocidade é apontada por Martin e Keohane (1995) como um fator importante para o sucesso de uma Instituição Internacional. Os Estados que se utilizam dessa estratégia são engajados nas trocas interestatais, então requerem maior ênfase das informações sobre o valor dessas trocas, assim sendo, a utilização das Instituições Internacionais como mecanismo de obtenção de informações torna-se tão relevante para os Estados. Deste modo, a reciprocidade é correlacionada à preocupação distributiva no que concerne à necessidade de informações críveis, as falhas ou falta de comunicação representaria um entrave à cooperação. Por conseguinte, as instituições têm o caráter estrutural que prioriza a distribuição dos recursos da cooperação.

Sob essa perspectiva, reciprocidade é compreendida como “[...] exchanges of roughly equivalent values in which the action of each party are contingent on the prior action of the other in such a way that good is returned for good, and bad for bad”[2] (KEOHANE, 1986, p. 8).

---

[2] “[...] trocas de valores aproximadamente equivalentes nos quais as ações de cada parte são contingentes sobre as ações anteriores dos outros, de tal forma que o bom é devolvido com o bom, e o ruim com o ruim” (tradução nossa).

Essas trocas são frequentes, mas não necessariamente de mútuo benefício: elas podem ser apenas baseadas no próprio interesse dos Estados, ou em conceitos compartilhados sobre direitos e obrigações, bem como o valor correspondente às trocas podem ser ou não comparáveis. Keohane (1986) aponta ainda que muitas relações na política mundial não são recíprocas e, mesmo relações genuinamente recíprocas não excluem as relações de poder: atores fortes e fracos praticam a reciprocidade em detrimento de diferentes custos de oportunidade.

O conceito de reciprocidade ainda pode comportar duas dimensões, a Contingência e Equivalência. A primeira refere-se a ações contingentes da reciprocidade, a capacidade de responder à cooperação com cooperação, benefícios com benefícios e resultados ruins com resultados ruins. A equivalência, por sua vez, diz respeito à expectativa de ação equivalente do comportamento do ator em determinado cenário.

Dentre os fatores que envolvem a reciprocidade, observa-se a questão distributiva dos benefícios propiciados pela cooperação. Acerca do conflito sobre a distribuição de benefícios, Keohane e Martin (1995) destacam dois fatores que o Estado se deparam antes de cooperar, primeiro se refere à possibilidade do Estado parceiro não seguir as regras pré-estabelecidas; o segundo fator diz respeito à dificuldade em coordenar as ações da cooperação. Notam ainda que

> Usually more than one cooperative outcome exists. The states involved may not agree on which of these outcomes is preferred, as each has different distributional implications. [...] Institutions do not provide the only possible coordinating mechanism. [...] However, just as institutions can mitigate fears of cheating and so allow cooperation to emerge, so can they alleviate fears of unequal gains from cooperation (KEOHANE; MARTIN, 1995, p. 45)[3].

Axelrod e Keohane (1985) definem três dimensões situacionais que afetam a prospecção dos atores na cooperação, e com isso, também na relação de reciprocidade, que são:

a) *Mutualidade de interesses*: A mutualidade de interesses gera uma estrutura de recompensas, a qual afeta a cooperação e evidencia a possibilidade de deserção em um cenário onde haja um grande conflito de interesses entre os atores. Os resultados da estrutura de

---

[3] “Normalmente, existem mais de um resultado da cooperação. Os Estados envolvidos podem não concordar qual desses resultados é preferido, pois casa um tem diferentes implicações distributivas. [...] As Instituição não oferecem o único mecanismo de coordenação possível. [...] No entanto, assim como as instituições podem mitigar os temores de fraude e assim permitir a cooperação, para que eles possam atenuar os receios de ganhos desiguais de cooperação” (tradução nossa).

recompensas, que determinam a mutualidade de interesse, desenvolvem-se pelas percepções dos interesses individuais de cada ator, e não simplesmente sobre fatores objetivos;

b) *Sombra do futuro:* o termo refere-se à ajuda futura promovida pela cooperação. O menor dos incentivos para desertar hoje, corresponde à probabilidade de ser retalhado amanhã. Axelrod e Keohane identificam fatores que ajudam na promoção da cooperação por meio da estratégia Sombra do futuro: visão longo prazo; regularidade das relações; confiabilidade das informações sobre as ações dos outros; e o rápido retorno sobre as mudanças nas ações dos outros;

c) *Número de atores*: a reciprocidade pode ser uma estratégia efetiva para induzir a cooperação e depende de três condições: atores podem identificar desertores; eles são capazes de se concentrar na retaliação de desertores; e, eles têm suficientes incentivos de longo prazo para punir desertores. Quando há muitos atores, essas condições são frequentemente mais dificultosas de satisfazer. Nessas situações, pode ser impossível de identificar, muito menos punir os desertores.

Reciprocidade é também regularmente evocada como um padrão adequado de comportamento que pode produzir a cooperação entre Estados soberanos. A reciprocidade ainda pode ser dividida em específica e difusa. Em síntese, a reciprocidade específica requer balanceamento bilateral entre atores particulares, enquanto a reciprocidade difusa enfatiza geralmente um balanço dentro de um grupo (KEOHANE, 1986).

As características então abordadas quanto às Instituições Internacionais e os efeitos que estas proporcionam nas relações entre Estados não se referem apenas às relações cooperativas, possibilitando a teoria também exercer a análise de questões de segurança. Como observam Keohane e Martin (1995), a capacidade das Instituições Internacionais de proverem informações confiáveis caracterizaria uma vantagem sob as questões de segurança internacional.

Do mesmo modo, Axelrod e Keohane (1985) evidenciam que as questões de segurança-militar se mostram mais associadas às características da anarquia que às questões relacionadas à político-econômica. As relações político-econômicas, por sua vez, são tipicamente mais institucionalizadas que as de segurança-militar. Contudo, estes fatores não representam a necessidade de análises separadas dessas questões. As três dimensões que afetam as prospecções de cooperação apresentadas pelos autores – mutualidade de interesses, a sombra

do futuro, e o número de atores – ajudam na compreensão dos possíveis sucessos e falhas da cooperação em ambas relações, segurança-militar e político-econômica.

Complementarmente, Keohane e Martin (1995) argumentam que a perspectiva institucionalista aplicada aos regimes de segurança pode ser exemplificada pela atuação da OTAN, ao contribuir na demonstração dos compromissos dos Estados Unidos; de forma crível e auxiliara na comunicação das capacidades militares dos aliados da OTAN; desenvolveram normas e regras que estabeleceram uma estabilidade nos níveis de forças dentro da Organização. Da mesma forma, outra exemplo a ser evidenciada no que tange a institucionalização da pauta de segurança dentro das Organizações Internacionais é a ONU, por meio da atuação dos Estados dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nesse sentido, as questões político-econômicas e de segurança-militar podem ser analisadas com a mesma estrutura analítica. Reconhecidamente, questões econômicas aparentam ser frequentemente menos conflituosas e exibem menos recompensas estruturais que a de segurança-militar. Em síntese, a diferença que reside entre essas questões diz respeito à política internacional econômica e à possibilidade de retaliações por deserções serem quase sempre viáveis, portanto, um ator racional, ao configurar-se a deserção, teria que considerar as probabilidades e potenciais consequências. Em assuntos de segurança, isso pode ser possível ao limitar ou destruir a capacidade dos oponentes para retaliação efetiva.

Outro aspecto relevante para a compreensão das atribuições da Instituições Internacionais é a análise sobre a relação que estas possuem com o cenário doméstico. Como evidenciam Martin e Simmons (1998), uma das maneiras pelas quais as Instituições Internacionais podem mudar o comportamento do Estado é por meio da substituição das práticas domésticas, gerando mudanças substanciais nos padrões da política mundial. Há também três questões centrais relacionadas as políticas domésticas e internacionais: 1) sob quais condições um ator doméstico poderia estar disposto a substituir Instituições Domésticas por Instituições Internacionais? 2) atores domésticos são regularmente favorecidos pela capacidade de transferir autoridades políticas para o nível internacional? 3) em que medida as decisões e regras das Instituições Internacionais podem ser aplicadas por Instituições Nacionais, e quais são as implicações para o cumprimento? Estas questões estão pautadas na compreensão de que atores domésticos intencionalmente delegam políticas ao nível internacional quando estas ações são continuação de seus interesses. A título de exemplo, pode-se identificar outro incentivo para atores domésticos transferirem a tomada de decisão política para o nível internacional, qual

seja, quando juntam um sistema de taxas de câmbio fixas ou uma área de moeda comum; e, também, no âmbito das relações econômicas, transferindo o processo de decisão política para o nível internacional, exportadores podem ter o suporte de uma organização adquirindo a abertura dos mercados estrangeiros, podendo, assim, facilitar a representação de interesses. Em geral, buscar ganhos ao longo do tempo envolve sacrifícios de curto prazo e voltar-se para instituições internacionais pode ser uma opção atrativa para formuladores de política doméstica.

3 A COMPREENSÃO BRASILEIRA SOBRE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) surge no contexto das descolonizações do pós-Guerra Fria, onde os Estados provenientes do processo de descolonização buscavam auxílio externo. Nesse contexto, Organizações Internacionais como o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), durante a década de 1960, delinearam os posicionamentos dos Estados na esfera da CID, onde Estados desenvolvidos eram os doadores tradicionais e os países conhecidos como de “terceiro mundo” eram identificados como recipiendários (SOUZA, 2014).

A Cooperação Técnica Internacional (CTI), como aponta Cervo (1994), é observada inicialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, quando se desenvolve um sistema de ajuda para a reconstrução da Europa. O processo de institucionalização da CTI ocorre a partir da Resolução n° 200, de 1948, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que tinha por finalidade estabelecer um programa de cooperação técnica entre os Estados Unidos e países subdesenvolvidos, possuindo um caráter primordialmente assistencial. Essa característica só muda nos anos 1960, ao ser incorporado aos conceitos fornecidos pela Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). A CTPD foi debatida na década de 1960 nas Conferências para o Desenvolvimento das Nações Unidas. Posteriormente, a partir de um ato da Assembleia Geral, foi estabelecido o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) pela Resolução 2688, em 1970. O PNUD visava promover assistência para o desenvolvimento autossustentável dos países. Esta mudança de perspectiva fez a transição do entendimento sobre Cooperação Técnica Internacional, de assistência para cooperação.

Saraiva (2007) destaca que a ordem mundial que se estabeleceu no pós-Guerra Fria propiciou o progresso no âmbito tecnológico. Esse período também marca a iniciativa dos países em desenvolvimento, ou países do Sul global a buscarem outras formas de inserção no cenário internacional, optando pela cooperação entre Estados em desenvolvimento.

A crescente participação dos países em desenvolvimento nas dinâmicas da CID contribuiu para a substituição os conceitos anteriormente utilizados, como assistência, doador e recipiendário, pelos conceitos de cooperação e parceiro. Desenvolveu-se assim a Cooperação Horizontal ou Sul-Sul (CSS), orientada pelo princípio de benefícios mútuos e respeito às demandas dos países. Os países recipiendários no período de pós-guerra passaram a ser

doadores e os arranjos oriundo da guerra não eram mais condizentes com a estrutura do sistema internacional que se apresentava (SOUZA, 2014).

De modo complementar, Valler Filho (2007) salienta que

> Na perspectiva dos países do Terceiro Mundo, as relações cooperativas deveriam ser um instrumento para impulsionar seus processos de desenvolvimento e não mera assistência técnica vinculada a fins político-estratégicos. A crítica que era formulada combatia a ideia-conceito de "desenvolver o subdesenvolvido através de ajuda", o que se traduzia sempre em ações de cunho paternalista (VALLER FILHO, 2007, p. 38).

A entendimento sobre CTI até a década de 1960 estava ligada a padrões de desigualdade, onde o doador representava o ator possuidor de recursos e fonte de conhecimento, em detrimento do recipiendário, que necessitava desses recursos. Este cenário representava a relação que condicionalmente ocorre entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos (CERVO, 1994, p. 43).

De forma similar, para Hirst (2012), o entendimento brasileiro sobre CSS está liga às ideias acerca do desenvolvimento e governança democrática, correspondendo a uma ação livre de interesses comerciais.

> Para o Brasil, a CSS é concebida de forma a evitar a reprodução das lógicas assimétricas da assistência Norte-Sul, sujeita a pré-requisitos e aos enquadramentos normativos acordados pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) e da Organização pera a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (ODCE) (HIRST, 2012, p. 14).

Esta concepção das assimetrias relaciona-se também à recusa brasileira em utilizar as terminologias de Estados fracos ou falidos, por considerar que estas visões correspondem ao estigma que por vezes é proveniente das assimetrias na distribuição de recursos e poder no sistema internacional, subjugando a soberania dos países designados dessa forma.

A década de 1990 é marcada internacionalmente pelo privilégio a metas e estratégias voltadas às políticas sociais, governamentais e institucionais, envolvendo Organizações Não Governamentais e Organizações Internacionais Governamentais (ONGs e OIGs), Estado e setor privado. Além disso, essas mudanças que surgiram também levaram em consideração a tramsformação na compreensão do que define o desenvolvimento de um país, que não deveria apenas ter por base o produto interno bruto (PIB) do Estado. Passou-se, então, a mensurar

também indicadores sociais e o índice de desenvolvimento humano (IDH), que contempla indicadores de saúde, educação e expectativa de vida (SOUZA, 2014).

O Brasil insere-se nesse contexto partindo da estruturação de instituições governamentais voltadas à questão da cooperação para o desenvolvimento, e são reforçados com o fim do Regime Militar e se estende a primeira década do século XXI, marcada pela criação e estabelecimento de políticas sociais, maior estabilidade econômica e crescente visibilidade e reconhecimento internacional (IPEA; ABC, 2010).

Acompanhando as mudanças no cenário da CID e a CTI no decorrer dos anos 1960, notou-se que o modelo adotado pelo governo brasileiro para a obtenção do desenvolvimento também se redimensionou, como destaca Cervo, “[...] o sistema brasileiro de CTI abrigou uma função humanista: preparar o homem para o domínio do conhecimento inerente ao controle do processo produtivo” (1994, p. 37).

Como destacado pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro (MRE), a cooperação técnica conceitua-se como um pilar da cooperação internacional, onde possui a função de desenvolver, mobilizar e expandir capacidades e conhecimentos no país parceiro, com vias a possibilitar a conquista autônoma do desenvolvimento. Para tanto, busca-se propiciar, através dos programas de cooperação, o acesso, incorporação e aplicação dos conhecimentos envolvendo as quatro dimensões das capacidades (BRASIL, 2013).

a) Dimensão individual relaciona-se aos indivíduos e suas habilidades e conhecimentos, formais e informais;
b) Dimensão organizacional diz respeito às estruturas organizacionais, seus recursos e o serviço que oferece, aperfeiçoando suas atribuições e contribuindo para a manutenção das suas relações com organizações externas e a sociedade;
c) Dimensão interinstitucional corresponde aos arranjos entre os setores público, privado e sociedade civil na promoção de um projeto comum;
d) Dimensão social ou contextual é equivalente aos fatores que compõe a ação da sociedade, como os fatores políticos, sociais, econômicos, legais e financeiros. Esta dimensão reponde em um prazo mais longo aos incentivos para mudança de capacidade.

Por sua vez, a Cooperação Técnica Sul-Sul é definida com o intercâmbio horizontal de experiências e conhecimentos. Esta modalidade de cooperação internacional é pautada no

desenvolvimento e implementação de projetos, programas e ações realizados pelas instituições brasileiras e países parceiros. A Cooperação Técnica Sul-Sul brasileira tem atuação pautada na identificação e mobilização das capacidades disponíveis; o intercâmbio de todas as esferas de conhecimento e práticas entre os países cooperantes; o fortalecimento das organizações participantes na cooperação; e o estabelecimento de parceiras e promoção de arranjos interinstitucionais.

A CTI desenvolvida pelo Brasil é concebida como um instrumento da promoção do desenvolvimento do país, tanto da cooperação recebida, quanto da cooperação prestada pelo Brasil. Assim sendo, a CTI disponibilizada pelas instituições brasileiras caracteriza-se pelo conjunto de ações que objetivam a transação e desenvolvimento de conhecimentos específicos. Este objetivo é conduzido por meio do desenvolvimento das capacidades do país parceiro; da utilização de consultorias; formação de recursos humanos; fornecimento complementação das infraestruturas das instituições do parceiro (BRASIL, 2004a, p. 12).

Neste quadro, Cervo (1994, p. 41-43) também destaca que o Brasil se insere no sistema de CTI por meio do adensamento da compreensão do termo cooperação, de forma mais coerente, absorvendo três elementos para a política externa do país:

1) Significado político: A cooperação brasileira caracterizava pelo caráter não-confrontacionista. A busca pela diversificação dos parceiros; a manutenção das relações Norte-Sul e o estabelecimento das relações Sul-Sul robusteceu esses atributos, que correspondem a busca por uma inserção concreta e realização dos interesses nacionais.
2) Fins econômicos: A cooperação tinha como objetivo dar suporte para a captação de recursos externos, necessários para o país na promoção de seu desenvolvimento e de tecnologias, bem como a diversificação de sua pauta de exportação.
3) *Modus faciendi*[4]: O pragmatismo da política externa brasileira no âmbito da cooperação não empregava ideologias, apenas explorava de forma realista as oportunidades e alternativas. Com a revisão do conceito de cooperação, a política externa passou a compreender a mesma, como um veículo para o desenvolvimento. Sob essa nova perspectiva, as relações de cooperação assistencial passaram a ser relegadas.

---

[4] Maneira de Fazer (tradução nossa).

As experiências vividas pelo Brasil por meio das políticas públicas, forneceram internacionalmente o desejo dos países parceiros no compartilhamento dessas experiências. Com o crescimento da cooperação, viu-se necessidade de qualificá-la e sistematizá-la em decorrência da descentralização das instituições governamentais voltadas para a CTI. Viu-se a necessidade de tornar clara a definição dos valores de investimentos nacionais dedicada à cooperação internacional. Nesse sentido, foi construída uma conceituação para a cooperação brasileira, pelas instituições nacionais que define cooperação com:

> A totalidade de recursos investido pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas (IPEA; ABC, 2010, p. 17).

A Cooperação Técnica Horizontal ou Sul-Sul brasileira está pautada no conceito de diplomacia solidária, onde objetiva-se o aprofundamento das relações com países em desenvolvimento ao disponibilizar a eles o conhecimento adquirido pelas instituições especializadas brasileira, para então promover o progresso econômico e social, ressaltando o respeito à soberania e a não interferência aos assuntos internos do país receptor da cooperação, bem como a desvinculação a interesses comerciais e lucrativos.

A CTI desenvolvida pelo governo brasileiro objetiva a capacitação de seus parceiros por meio da "[...] transferência e o compartilhamento de conhecimento e tecnologias nacionais com potencial de adaptação, absorção e geração de impactos positivos no desenvolvimento autônomo de outros países" (IPEA; ABC, 2013, p. 25).

Nesse sentido, tem como base as experiências adquiridas pelas instituições brasileiras que possuem reconhecimento internacional, envolvendo canais de negociação intergovernamentais e interinstitucionais e desenvolve, desde ações pontuais, a projetos visando mudanças estruturais.

A CTI encontra-se inserida no conceito de CID, e refere-se às ações que visam a promoção de mudanças qualitativas em determinada estrutura, tais mudanças estão relacionadas a problemas identificados e específicos, os quais a cooperação técnica visa solucionar. Os mecanismos utilizados para a solução desses problemas são o desenvolvimento de capacidades do país parceiro. Desse modo, a cooperação técnica inclui em suas atividades as funções de:

dar suporte à inovação e disseminação de conhecimento; disponibilizar, além de suas experiências, conhecimentos novos; capacitar instituições e promover intercâmbios de experiências e boas-práticas. Como evidencia o Ministério das Relações Exteriores:

> [...] a relação entre as instituições brasileiras e seus parceiros cooperantes externos, sejam estes países ou organismos internacionais, deve observar o princípio de horizontalidade, o respeito às prioridades nacionais de desenvolvimento, a governança conjunta das iniciativas de cooperação técnica, o reconhecimento das capacidades nacionais já existentes e a ausência de condicionalidades (BRASIL, 2014a, p. 10).

A presença da representação diplomática brasileira nos países parceiros fortalece os veículos para que ocorra as transferências das tecnologias brasileira, assegurando a abertura de canais de comunicação (IPEA; ABC, 2013).

Esta perspectiva adotada pelo Brasil perpassa pela adoção do conceito de multilateralismo da reciprocidade no século XXI. Cervo e Bueno (2012) apontam que o conceito foi inicialmente empregado às questões de comércio e segurança, porém a mesma se estende às demais esferas que envolvem as relações entre Estados. Em síntese, os benefícios das relações multilaterais devem alcançar todas as nações por meio da reciprocidade estabelecida pelas regras do ordenamento multilateral.

Como observa Saraiva (2007), o Brasil amplia a sua atuação, utilizando-se do multilateralismo e das diversas configurações geométricas na composição das relações exteriores. Tal configuração, ainda trazia a percepção de defesa a democracia como um dos veículos propiciadores do desenvolvimento, representando uma mudança na política externa quanto ao conceito de não-intervenção.

Do mesmo modo, mas especificamente com o início governo de Lula, no ano de 2003 observou-se também a ampliação da agenda para as relações a mecanismos multilaterais, ou como define Pecequilo (2008), o eixo horizontal composto por Estados similares ao Brasil quanto ao desenvolvimento e países menos desenvolvidos.

O multilateralismo das relações exteriores do Brasil acompanha as transformações ocorridas no cenário internacional com o fim da Guerra Fria, onde no início do conflito sua atuação qualificava-se como distante e defensivo, visando preservar-se dos comprometimentos que implicavam no alinhamento com os líderes dos blocos. Com o término do mesmo, o Brasil adotou uma ação mais ativa na agenda multilateral e uma atuação voltada à representação dos

interesses dos Estados do Norte e do Sul na consolidação dos regimes internacionais (LEITE, 2011).

A mudança na perspectiva das relações exteriores brasileira ocorreu de forma gradual, sendo identificada a prática do multilateralismo inicialmente no governo de Itamar Franco (1992-1995). Observou-se no governo Itamar um perfil autonomista do Itamaraty, que, por decorrência do cenário internacional, possibilitou o desenvolvimento da cooperação com países emergentes, não apenas com os Estados vizinhos. O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) deu continuidade às relações desenvolvidas no governo de seu antecessor, contudo, visou-se o incremento das relações comerciais. No governo Lula (2003-2011) foi enfatizado o caráter autonomista da política externa, utilizando-se de uma nova estratégia de inserção no cenário internacional. Buscou-se valorizar as relações multilaterais com os demais países em desenvolvimento (SARAIVA, 2007).

A dimensão dos eixos para a cooperação internacional é observada nos primeiros anos do governo Lula, aproximando-se dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, porém, mantendo as relações tradicionais com o Norte. A aproximação dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos ocorreu por meio dos foros multilaterais (SILVA; ANDRIOTTI, 2012). Destaca-se também a cooperação voltada à gestão social, a disponibilização dos conhecimentos brasileiros adquiridos pelos programas Fome Zero e Bolsa Família (PAPI; MEDEIROS, 2015).

Em complementariedade, Vigevani e Cepaluni (2007) salientam a ênfase do governo Lula na adesão da temática social pela agenda internacional, bem como a busca por relações multilaterais e bilaterais visando um equilíbrio maior nas negociações em âmbito de OIG. Assim sendo, as proposições citadas estão diretamente ligadas à forma de inserção internacional desenvolvida no governo Lula, visando uma atuação autônoma, pautada na diversificação das relações valorizando a CSS.

A perspectiva diplomática brasileira quanto à CSS, como ressalta Valler Filho (2007), não visa a reprodução das relações assistenciais provenientes das dinâmicas Norte-Sul. Buscam-se as relações cooperativas horizontais, pois estas estão pautadas na procura conjunta de soluções de problemas comuns aos países em desenvolvimento.

A CTPD, por sua vez, adquire maior visibilidade durante o governo Lula, onde ocorreu uma maior aproximação com países desenvolvidos. Do mesmo modo, o Itamaraty passa a

disponibilizar a Agência Brasileira de Cooperação maiores recursos para a execução de projetos, e novos critérios para o desenvolvimento da CTPD. Observa-se, também, a ênfase no discurso diplomático, no período do governo Lula quanto à CSS, envolvendo aspectos sociais como o combate à fome, pobreza, saúde pública, pautado no princípio de solidariedade. A CPDI possui quatro critérios que a caracteriza (IGLESIAS, 2010):

- Quanto à origem - a cooperação pode ser financiada por recursos públicos e privados;
- Quanto à execução - a cooperação poder desenvolver-se bilateral, triangular, multilateralmente ou de forma descentraliza;
- Quanto aos instrumentos - podem ser Cooperação Financeira, Técnica, Humanitária, Alimentar, entre outras;
- Quanto ao nível de desenvolvimento do país parceiro;

Com base na observação da compreensão brasileira quanto a CTI e a CTPD, se faz necessário atentar para a instituição responsável pela operacionalização da cooperação brasileira, disposições quanto aos projetos e programas de cooperação, arcabouço jurídico e recursos financeiros investidos na cooperação.

3.1 Estrutura e atribuições da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

As mudanças no paradigma da cooperação propiciaram a vários países em desenvolvimento um aprimoramento de suas políticas externas para a CTI. Dentre eles, o Brasil, que, em 1969, criou, por meio de decreto, o Sistema Nacional de Cooperação Técnica, e o Departamento de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica (DCT) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Cabe ainda destacar o papel das empresas públicas e privadas vinculadas ao DCT e a SUBIN, bem como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) vinculada ao Sistema Nacional de Cooperação Técnica e responsável para apoio e consultoria de exportação de tecnologias. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que se destina ao fortalecimento científico e tecnológico nacional e elabora programas bilaterais e multilaterais. Em 1987 criou-se a Agência Brasileira de Cooperação e extinguiu-se o DCT e a SUBIN (CERVO, 1994).

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi estabelecida em 1987 pelo Decreto nº 94.973, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e possui a atribuição de

coordenar todas as esferas que envolvem todo os processos de CID, bem como a cooperação envolvendo organizações internacionais e as desenvolvidas bilateralmente com um país (IPEA; ABC, 2013).

A ABC está integrada ao MRE, e configura-se na vertente executiva para o desenvolvimento da cooperação internacional. Cabe a ela

> [...] negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, seja em parceria com governos estrangeiros (de países desenvolvidos e em desenvolvimento) ou com organismos internacionais (BRASIL, 2014, p. 12).

É de responsabilidade da ABC elaborar e executar os programas de cooperação brasileira por meio das orientações das diretrizes da política externa, disponibilizada pelo MRE. A cooperação desenvolvida, nesse contexto, ocorre através do documento de projeto, que possui um papel fundamental no processo de implementação da cooperação técnica (BRASIL, 2004).

Dentre as ações executadas pela ABC encontra-se o envio de missões técnicas multidisciplinares composta por especialistas de instituições brasileiras competentes com vias de obter informações antes da execução dos projetos, bem como envolver-se em todas as etapas da cooperação, como a preparação de atividades e a sua avaliação. A ABC ainda assume a função de representar o governo brasileiros em eventos e reuniões que desenvolvam essa temática. A cooperação técnica desenvolvida pelo Brasil envolve mais de 170 órgãos do governo (IPEA; ABC, 2013).

Também compete à instituição realizar a análise dos projetos de cooperação técnica desenvolvidos pelo Brasil. O procedimento utilizado antes de ser implementado o projeto é o encaminhamento de missões de prospecção, que visam identificar e coletar dados quanto ao projeto que se pretende executar. Desta forma, as avaliações envolvendo a cooperação técnica também têm como objetivo a garantia de que os projetos sejam implementados de forma que contribuam para a efetivação, de forma adequada a atingir as metas da cooperação, bem como a identificação dos pontos que influenciam na qualidade do efeito do projeto. Cabe destacar também que a avaliação antes da implementação do projeto de cooperação é denominada avaliação *ex-ante*. Do mesmo modo, no decorrer da cooperação são feitas avaliações intermediárias e com o transcorrer de um tempo após o término do processo de cooperação, também são executadas avaliações denominadas avaliações *ex-post.* (BRASIL, 2004).

O MRE e a ABC (BRASIL, 2013) destacam que arcabouço jurídico-institucional que orienta as iniciativas de cooperação técnica sul-sul é iniciado pelo ato internacional do Acordo Básico de Cooperação Técnica, também intitulado, por vezes, como Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento ou Acordo-Quadro, que tem a função de formalizar quaisquer relações de cooperação técnica entre o Brasil e um país parceiro.

No desenvolvimento do Acordo-Quadro que são definidos, em uma análise conjunta dos Estados que almejam cooperar, os Programas e Projetos de Cooperação e seu arcabouço institucional, bem como as áreas, temas e setores que serão abordados. Após o Acordo-Quadro são feitos os atos internacionais Ajuste Complementar e o Programa Executivo, que são responsáveis pela execução, normatização e implementação da cooperação definida anteriormente pelo Acordo-Quadro. Os Ajustes Complementares e Programas Executivos definem também, objetivos, orçamentos e operacionalização do projeto de cooperação.

Os marcos políticos da Cooperação Técnica Sul-Sul estão no Memorando de Entendimento, e Declarações Conjuntas, que definem de forma simplificada as intenções quanto à cooperação técnica entre as partes, entretanto, só possui valor político, não gera obrigações entre as partes. O Protocolo de Intenções também só tem valor político e é um instrumento utilizado para registrar as intenções das partes, geralmente assinado pela Administração Pública Brasileira e uma organização ou empresa que deseja cooperar (BRASIL 2013).

Quanto à elaboração dos Projetos de Cooperação Técnica, o MRE e a ABC (BRASIL, 2004) determinam algumas diretrizes que visam conduzir a implementação da cooperação, das quais são: a ênfase em projetos vinculados às prioridades brasileiras para o desenvolvimento; a preferência por projetos de cooperação que propiciem o adensamento, e consequentemente a ampliação das relações com seus parceiros; a ênfase em projetos e programas que promovam a transferência, absorção e internalização de conhecimentos; o destaque a projetos que integrem todas capacidade do país parceiro; a priorização da definição clara dos recursos mobilizados pelo país parceiro na cooperação; a priorização de projetos capazes de criar o efeito multiplicador e que evitem a dispersão dos esforços da cooperação.

No que tange aos efeitos positivos gerados pela cooperação técnica, utiliza-se o conceito de efeito multiplicador, o qual consiste na difusão sistêmica das dimensões das capacidades do país parceiro. Portanto, um projeto de cooperação técnica busca abordar em seu desenvolvimento, os possíveis efeitos que poderiam ser gerados sob as capacidades. O efeito

multiplicador é observado quando atinge três níveis de sustentabilidade, o âmbito individual correspondente à internalização de capacitação de indivíduos a curto prazo; o âmbito da unidade coletiva, onde observa-se a absorção, adaptação e aplicação pela organização dos conhecimentos dos indivíduos capacitados; e o âmbito coletivo interinstitucional, é quando ocorre a disseminação das capacidades aprimoradas da organização para as outras organizações a qual se relaciona (BRASIL, 2013).

Não obstante, tais efeitos relacionam-se diretamente à estrutura dos Projetos de Cooperação Técnica, e ao emprego de mecanismos operacionais de acordo com as necessidades do país parceiro, como destaca o MRE e a ABC (BRASIL, 2004). Dentro desse quadro, a elaboração dos projetos de cooperação técnica deixa claro o problema que se propõe solucionar por intermédio da CTI e os mecanismos operacionais que nortearam a cooperação. A elaboração de um projeto de cooperação técnica inicial com a elaboração de uma série de hipóteses, a primeira está relacionada aos possíveis resultados que poderão ser obtidos em decorrência de uma atividade. A segunda hipótese corresponde aos resultados obtidos e se os mesmos provocarão mudanças estruturais e alcançará o objetivo específico do projeto. A última hipótese supõe que as mudanças estruturais contribuem para o alcance de objetivos globais, assim, contribuindo para o desenvolvimento. Esta construção interligada de hipóteses corresponde á estrutura lógica do projeto de cooperação técnica.

3.2 Os recursos destinados à CTI

Como aponta o relatório desenvolvido pelo IPEA e ABC (2010), no período de 2005 a 2009, o orçamento brasileiro para a CID aproximou-se a R$ 2,9 bilhões em valores correntes. A cooperação técnica e humanitária, nesse período registrou um aumento expressivo, passando de R$ 28,9 milhões para R$184,8 milhões em 2009. Essas modalidades de cooperação, juntamente com as bolsas de estudo, dispõem, individualmente, de quase 25% do total do orçamento brasileiro para a CID. Do mesmo modo, a contribuição brasileira para organizações internacionais e bancos regionais registrou aumento no mesmo período, passando de R$ 300 milhões para R$ 495 milhões em 2009. Exclusivamente, as contribuições para as OIG incialmente no valor de R$ 134,5 milhões em 2005, passa a ser, em 2009, R$ 361,4 milhões.

Quanto à Cooperação Técnica horizontal, o Brasil pauta sua contribuição para com os países em desenvolvimento respeitando sua soberania e a não intervenção aos assuntos internos do país, prezando pelo progresso de seus parceiros, buscando promover o desenvolvimento

integral sustentado por uma estrutura que garanta o desenvolvimento sustentável do parceiro. A cooperação técnica horizontal também envolve parcerias triangulares entre o Brasil, outros países e OIG. Esta prática é valorizada pelo governo brasileiro ao possibilitar a execução de projetos com um escopo maior de impacto e maior otimização dos recursos empregados na cooperação. Esta modalidade é frequentemente utilizada para projetos mais robustos que os projetos bilaterais. Contudo, a cooperação técnica bilateral é predominante, correspondendo a 92% dos esforços em contraposição à cooperação técnica triangular (IPEA; ABC, 2010).

No ano de 2010 a cooperação técnica brasileira totalizou R$ 102 milhões, 82% desse valor voltados para a cooperação técnica bilateral, e 18% correspondendo à cooperação multilateral. Do mesmo modo, pode-se observar que os investimentos na CTI brasileira cresceram expressivamente durante os anos de 2005 a 2010, como demonstra o gráfico abaixo (IPEA; ABC, 2013).

GRÁFICO 1

Gastos do governo brasileiro com a cooperação técnica internacional (2005-2010)
(Em R$ milhões)

Fonte: (IPEA; ABC, 2013, p. 28)

Como demonstra o gráfico acima, o crescimentos dos investimentos brasileiros para a cooperação técnica acompanham as medidas políticas sociais adotadas domesticamente durante os governos de Lula (2003-2010), e corroboram para a elevação dos investimentos e para a compreensão da condução da cooperação técnica brasileira, pautada na transmissão das experiências exitosas no âmbito interno do país.

Durante os anos de 2006 e 2010, ocorreram de forma generalizada os projetos brasileiros de CTPD, marcando a multiplicação de projetos e ações e a ampliação geográfica dos países parceiros. Os recursos investidos nos anos acima citados tiveram um aumento considerável se comparado aos anos anteriores, e o continente africano demanda mais da metade dos recursos brasileiros para a cooperação nesse período, a América Latina possuía 39% dos recursos e a Ásia e Oriente Médio totalizavam 8% (BARBOSA, 2012).

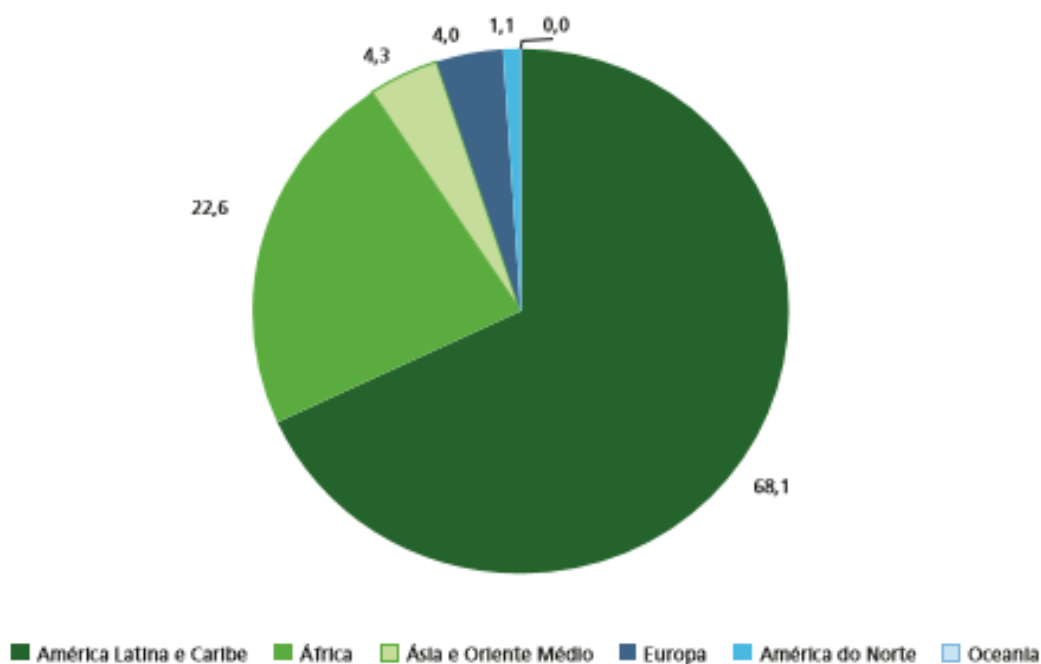
No que tange aos valores, no ano de 2010 o IPEA e ABC (2013) discriminam na tabela e gráfico abaixo os recursos brasileiros investidos por região, com a Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi):

IMAGEM 1

Gastos com a Cobradi, por região (2010)
(Em R$)

Região	Valor
América Latina e Caribe	194.990.431
África	64.680.495
Ásia e Oriente Médio	12.263.908
Europa	11.524.543
América do Norte	3.010.410
Oceania[1]	25.938
Total[2]	**286.495.725**

Fonte: (IPEA;ABC, 2013, p. 18-19)

GRÁFICO 2

Fonte: (IPEA; ABC, 2013, p. 19)

O gráfico 2 nos evidencia como são divididos os investimentos brasileiros, e nota-se a distinção entre as regiões, as quais a América Latina e Caribe é receptora de mais da metade dos investimentos brasileiros, seguido do continente africano. No que tange o objeto de pesquisa desse trabalho, os investimentos destinados ao Oriente Médio são somados aos investimentos para o continente asiático, mesmo representando a terceira parcela dos investimentos do Brasil, esta porcentagem é expressivamente menor às destinadas a América Latina, Caribe e África.

Ainda que limitados, os recursos para o Oriente Médio, em comparação com as demais regiões, durante os anos de 2003 e 2013, o governo brasileiro buscou ampliar as relações com essa região por meio da realização de reuniões com os países. Também, através da coordenação com a sociedade civil e o setor privado com vistas a formular políticas voltadas a aprimorar e incrementar a produção, infraestrutura, saúde e educação da região, conforme às suas demandas (BRASIL, 2011).

3.3 CTI brasileira com o Líbano

As relações entre Brasil e o Oriente Médio, historicamente apresentam momentos de aproximação e recuo. De acordo com Silva e Pilla (2012), enfatiza-se a aproximação brasileira para com o Oriente Médio durante o período de 1970, onde as relações econômicas intensificaram-se por decorrência da produção de petróleo, consequentemente, houve também o adensamento das relações políticas. Entretanto, com início da década de 1990 observou-se a redefinição da condução das relações entre Brasil e países da África e Oriente Médio. Nesse contexto, a política externa brasileira conduziu-se para aproximação com os Estados Unidos.

Este processo de recuo nas relações com o Oriente se altera, como já abordado nesse capítulo, por meio das redefinições dos eixos das relações exteriores brasileiras e da valorização do multilateralismo que contribuíram para desenvolver um modelo de inserção no Oriente (SILVA, KUNRATH, 2010).

Verifica-se que essa aproximação ocorre de forma expressiva durante o governo Lula, e é marcada por visitas diplomáticas durante no início mandado em 2003 para a Síria, Egito, Emirados Árabes, Líbia e Líbano. O diálogo diplomático com esses países deu ênfase às questões políticas e ao desenvolvimento de cooperação (SILVA, PILLA, 2012).

As relações brasileiras com o Líbano são marcadas pela cooperação, devido à proximidade histórica proveniente da imigração libanesa durante os anos de 1890 a 1914 para o Brasil, ainda durante o Império Turco-Otomano; o segundo momento das imigrações para o Brasil ocorreu durante os anos 1920 e 1943, onde se identifica um período de escassez na área rural e crise econômica; o terceiro momento de imigração é identificado entre os anos de 1943 a 1975, em decorrência da pobreza e problemas econômicos; o quinto período ocorre no contexto de guerra civil no Líbano, entre os anos de 1975 a 1990. Outro aspecto relevante para a manutenção das relações entre Brasil e Líbano se dá devido à solidariedade quanto ao conflito entre Israel e atores internos do Líbano (OSMAN, 2007).

Norton (2007) evidencia que o turismo representava parte crucial para a economia libanesa, porém, dado o conflito em 2006, cerca de 2 bilhões dólares em receita originário do turismo foram perdidas. As receitas também obtidas por meio dos portos libaneses e do Centro bancário de Beirute, foram perdidas. Em suma, economicamente, a dívida nacional do Líbano, durante o conflito era de $ 40 bilhões, o dobro do PIB anual do país e um dos mais altos níveis de dívida em relação do mundo.

Nesse contexto, o Brasil participou de diversos foros internacionais que dialogavam sobre o conflito no Líbano, como a Conferência de Estocolmo para Reconstrução do Líbano, em 2006, e a Conferência Internacional de Apoio ao Líbano (Paris III), em 2007 (COSTA; AMARAL; PACINI, 2011).

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, em palestra na Conferência Paris III em 2007 manifesta o posicionamento brasileiro quanto à instabilidade libanesa e evidencia os mecanismos a serem utilizados para a reestruturação do Estado:

> “[...] Durante a Conferência de Estocolmo, anunciamos uma contribuição de US$ 500 mil para o Fundo do PNUD destinado ao financiamento de projetos de reconstrução no Líbano. Dois meses mais tarde, enviamos uma missão multidisciplinar de cooperação. Estamos desenvolvendo projetos bilaterais nos setores de agricultura, saúde, educação e habitação, entre outros. Tenho o prazer de anunciar agora uma doação adicional de US$ 1 milhão, destinada a financiar projetos de cooperação com o Líbano” (BRASIL, 2007, p. 182).

Em consonância com a priorização do multilateralismo das relações internacionais durante o governo Lula e na busca multilateral de resolução de conflito, o Ministro Celso Amorim, na mesma palestra supracitada, complementa:

> “Reitero aqui a sugestão do Presidente Lula, manifestada durante a Sexagésima Primeira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, no sentido de se celebrar uma conferência internacional com a presença das partes diretamente envolvidas, bem como com a participação de alguns atores extra-regionais, com o objetivo de discutir a retomada do processo de paz no Oriente Médio” (BRASIL, 2007, p. 183).

Segundo a ABC (2007), através de missão de cooperação foram identificadas as áreas e as atividades a serem desenvolvidas no Líbano: na áreas da Saúde, Cooperação técnica sobre a água, tratamento, controle e monitoramento de qualidade; Educação, capacitação de docentes por técnicos do Ministério da Educação, doação de matérias para laboratórios escolares; na área da Agricultura, capacitação de técnicos para irrigação, criação de gado leiteiro, horticultura e fruticultura; Desenvolvimento urbano, capacitação de técnicos para tratamento de detritos, reciclagem e políticas habitacionais acessíveis; cooperação para a Capacitação de mão-de-obra por meio do Programa de Ações Móveis (PAM) desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Ainda foram desenvolvidas três missões de cooperação no ano de 2006, quais sejam, Missão de prospecção para identificação de possibilidades de cooperação técnica para apoiar os esforços de reconstrução do Líbano; Missão de Prospecção para Identificação de

Possibilidades de Cooperação Técnica na Área da Saúde no Líbano; Missão de Prospecção para Identificação de Possibilidade de Cooperação Técnica na Área da Agricultura. Em 2009 foi desenvolvida a Missão Prospectiva na Área de Medicamentos Genéricos (ABC [2015]).

Também, executou-se o acordo de cooperação em matéria de proteção da saúde por meio do desenvolvimento da área sanitária e fitossanitária, visando a prevenção e disseminação de pragas e doenças oriundas da má condição sanitária, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 5.744, em fevereiro de 2006. A cooperação previa o desenvolvimento de atividades com vistas a prevenir e erradicar doenças e pragas em animais e plantas, por meio do intercâmbio das entidades competentes de cada Estado e acordando com os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (BRASIL, 2006a).

A coordenação da Cooperação Técnica brasileira na área da saúde com o Líbano iniciou com uma missão multidisciplinar da ABC, em 2006, que operacionalizou o treinamento técnico de agentes libaneses para a resposta rápida e controle de epidemias; intercâmbio da experiência brasileira em medicamentos genéricos e formação prestada pelo Ministério da Saúde brasileiro a técnicos libaneses quanto à revisão de protocolos de patologia. Foi enviada uma missão multidisciplinar no ano de 2008 com o intuito de cooperara para a reestruturação do sistema público de saúde libanês, e intercâmbio de informações sobre a experiência brasileira com o Programa de Saúde Familiar (BRASIL, 2011).

A área do turismo também foi contemplada através do acordo de cooperação visando o compartilhamento de informações, estatísticas e resultado de pesquisas sobre turismo; desenvolver a capacitação de profissionais da área e instituições competentes de ambos Estados; e o intercâmbio de informações acerca do turismo para exploração sexual infanto-juvenil, como recomenda a Organização Mundial do Turismo (BRASIL, 2006b).

No âmbito da segurança, foi desenvolvido o acordo de cooperação sobre o combate à produção, consumo e tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e combate às atividades de lavagem de dinheiro e outras transações financeiras fraudulentas afins. Tendo em consideração a ameaça à estrutura social, política e econômica do Estado, propõe através desse acordo:

- Intensificar a cooperação para o combate à produção, tráfico de substâncias psicotrópicas ilícitas por meio do intercâmbio de inteligência sobre o processo de confecção e logística de distribuição de drogas;

- Intercâmbio de forças policiais, judiciais e informações quanto á identificação dos indivíduos envolvidos no tráfico;
- Intercâmbio científico e tecnológico nas áreas de pesquisa em combate ao tráfico, tratamento e recuperação de dependentes químicos;
- Cooperar em projetos de conscientização educacional sobre o combate ao uso de drogas (BRASIL, 2008).

Holand (2013) discorre sobre os incentivos brasileiros para a cooperação em matéria de agricultura com os países Oriente Médio, durante os anos de 2003 a 2010, ressaltado a importância estratégica que o intercâmbio de conhecimento viabilizaria o acesso a novos mercados e à ampliação das relações comerciais brasileiras com esses países. Estes esforços para a cooperação foram articulados de forma conjunta entre empresas privadas e com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O Líbano está inserido nesse contexto, cooperando com o Brasil na área da agricultura, bem como nas relações comercias de importação de produtos agropecuários.

Na área da agricultura foi desenvolvido, em 2003, o acordo de Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitário e iniciou-se a negociação para Cooperação Técnica com a Embrapa, MAPA, ANVISA, INMETRO. O objetivo dos acordos na área da agricultura e pecuária visavam o incremente do comércio. Assim sendo, os resultados obtidos, mais especificamente, com o Líbano, estão ligados a negociações para a exportação de animais vivos, material genético e vegetais (BRASIL, 2011).

Os projetos de cooperação no âmbito do aprimoramento de infraestrutura entre os anos de 2003 a 2010 levaram em consideração a instabilidade na região do Oriental do Mar Mediterrâneo[5], a cooperação deu-se principalmente pelos investimentos em bens e serviços relacionados à construção civil, equipamentos hospitalares e escolares. Atenta-se para o fato de que a cooperação para aprimoramento de infraestrutura foi mais intensa com o Líbano e a Autoridade Nacional Palestina. A infraestrutura na área da comunicação e energia também foi desenvolvida de forma expressiva com os países supracitados (HOLAND, 2013).

[5] Guerra entre Israel e Hezbollah em 2006; ocupação dos Territórios Palestinos; Guerra de Gaza em 2008; ocupação síria no Líbano.

Na área educacional, foi desenvolvido e acordado o Programa Executivo para o período de 2006 a 2009 voltado à área de cooperação educacional. As áreas visadas presentes no acordo eram a educação rural e ambiental; inclusão social e educação de adultos; educação técnica profissionalizante; ensino superior e pós-graduação. As prioridades do Programa bilateral de educação abarcavam (BRASIL, 2006c):

- O desenvolvimento de oportunidades de intercâmbio para agentes educacionais, como professores, gestores, pesquisadores;
- Seminários e eventos conjuntos;
- Troca de informações e visitas de especialistas em educação;
- Política conjunta de reconhecimento de títulos, diplomas e certificados.

De forma ampla, no ano de 2006 a ABC enviou missões multidisciplinares para a cooperação na formação de profissionais articulados com o SENAI, em diversas áreas técnicas, como eletrônica, hidráulica e informática. A Caixa Econômica Federal desenvolveu treinamentos voltados para a execução de pregões eletrônicos e certificados digitais. A grande maioria dos acordos de cooperação técnica entre Brasil e Líbano reforçam a necessidade de formação técnica das entidades especializadas (BRASIL, 2011).

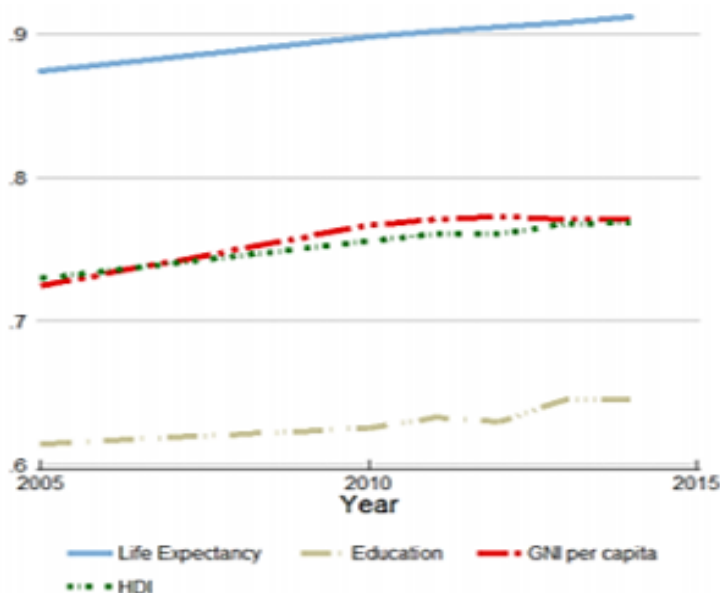
Todos os acordos citados dispõem sobre a implementação do acordo e designam as instituições e agências especializadas de ambos os países, a participação no processo de implementação do projeto, e, consequentemente, em sua execução. Outro adendo que ser feito diz respeito ao frequente uso do termo intercâmbio nos acordos de cooperação brasileira, o que corrobora com o entendimento brasileiro acerca da CTPD.

O PNUD (2010) tem como atribuição a planificação do desenvolvimento dos países e o auxílio na gestão das ações das instituições nacionais do país assistido, prezando pela transparência nas suas práticas. Dentro das ações do PNUD no Líbano, o órgão desenvolveu diversos programas voltados à governança democrática, desenvolvimento social e pobreza, energia e meio ambiente, por meio do financiamento de diversos países, como o Brasil.

Segundo o PNUD (2009), em decorrência da guerra no Líbano em 2006, o país sofreu com a queda de seu PIB, totalizado no período em -5%. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2009, entre os anos de 2006 e 2007 o IDH libanês caiu três posições do *ranking*.

O desenvolvimento do Líbano durante os anos de 2006 a 2008 foi comprometido pelos conflitos internos e regionais, que resultaram no deslocamento da população, destruição de infraestrutura e muitas mortes. O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2012) divulga que o percentual de domicílios privados caiu de 30,9 % para 24,6% em 2004 e 2005, e, pelo que 5,2% do percentual de indivíduos que perderam seus domicílios vivem em extrema privação. Ainda assim, existem disparidades sociais e econômicas regionais e problemas de destruição de renda, apesentando também bolsões de pobreza urbana e rural.

Enquanto o relatório de 2015 evidencia que entre os anos de 2005 a 2011 houve o crescimento dos índices, a expectativa de vida em 2005 era de 76,8, passa a ser de 78,6 em 2011; índice GNI per capita (PPP$) em 2005 era 12,152, passa a ser 16, 052 em 2010, e 16,478 em 2011. O IDH também apresenta aumento durante esse período, em 2005 era 0,730, passa a ser 0,756 em 2010 e, em 2011, encontrava-se em 0,761. Esta tendência pode ser observada no gráfico abaixo:

GRÁFICO 3[6]

Fonte: (UNDP, 2015, p. 3)

Por meio da observação de dados fornecidos pelo PNUD e UNFPA, notam-se os esforços das OIG e Estados em estabelecer meios para que possa ocorre a cooperação com o Líbano. Estes esforços , em grande medida, estão relacionados com os efeitos gerados pelo

[6] Tendência dos componentes do IDH do Líbano 2005-2014 (tradução nossa).

conflitos ocorrido no Líbano, assim como as consequências desses enfrentamentos para a infrestrutura, segurança da população local e a governança do país. Nesse sentido, os próximos capítulos serão dedicados a compreender o processo histórico do conflito, seus agravantes para o território e população libanesa, os atores envolvidos, e como foram desenvolvidos os meios para a resoulção do mesmo.

4. HISTÓRICO DO CONFLITO LIBANÊS E A FORÇA INTERINA DAS NAÇÕES UNIDAS NO LÍBADO DE 1978

Podem ser atribuídas diversas razões para conflito enfrentados pelo Líbano, Kotia e Edu-Afful (2014) argumentam que a origem do conflito envolvendo Israel e Líbano pode ser delineada a partir da desconfiança regional enraizada entre os Estados Árabes e Israel após a ocupação de terras por parte de Israel. Estas terras ocupadas e seus habitantes, que eram em sua maioria árabes, foram deslocados. Nesse sentido, grupos armados destes países emergiram e amalgamados, convergiram na luta contra Israel. Esta mudança no *status quo* resultou na deflagração da guerra e, consequentemente, no deslocamento de refugiados, principalmente para o território da Jordânia, e posteriormente para o Líbano.

Os ataques palestinos contra alvos israelenses alcançavam também seus vizinhos, Jordânia e Líbano. Do mesmo modo, o crescimento da controle palestino e influência em solo jordaniano agravou-se e resultou na guerra civil de 1970, que ocasionou na retirada forçada das forças palestinianas da Jordânia. Paralelamente, a Organização da Libertação Palestina (OLP) mudou sua base para Beirute, no Líbano, de onde continuou a atacar alvos israelenses. Antes da OLP estabelecer-se em Beirute, palestinos haviam consistentemente usado Líbano como uma base para atacar alvos israelenses desde 1967. Estes conflitos de ambos os atores resultaram na guerra civil de 1975 que durou até 1990. Como resultado dessa guerra, exército libanês estava fraco e desintegrado, o que favoreceu a multiplicação das milícias que lutaram uns contra os outros, pelo controle da região. Nesse contexto, a Síria interveio na ordem das autoridades libanesas e ocupou a maioria das partes do país entre os anos de 1976-2005 (KOTIA; EDU-AFFUL, 2014).

Com a Guerra do Seis Dias[7], que resultou na derrota do Egito, Síria e Jordânia em 1967, ocorreu a entrada de refugiados palestinos principalmente na Jordânia, Síria e Líbano, que passaram a ser recrutados pela OLP, resultando na intensificação das atividades das guerrilhas. Paralelamente, com o fim da Guerra de Seis Dias, observou-se a ascensão israelense como potência militar regional, e a atuação do país, ocupando o Sinai, as Colinas de Golã, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. A situação se agrava após o ataque palestino a um avião em 1968, no mesmo ano, Israel reagiu com um bombardeio o aeroporto internacional de Beirute e iniciando o projeto de anexação da margem sul do Rio Litani. Em 1969 foi assinado o Acordo de Cairo,

[7] A Guerra dos Seis Dias foi o conflito que ocorreu em junho de 1976 entre Israel e Palestina, a qual resultou na remoção de mais de 500.000 de palestinos de seu território (GATTAZ, 2003).

entre Líbano, Egito e a OLP, que concedeu o território ao sul do Líbano para o controle das ações armadas da OLP, e os enfrentamento regionais resultavam em mais refugiados entrando em território libanês. Os campos de refugiados no Líbano tornaram-se maiores, consequentemente converteu-se ao palco do conflito entre o exército libanês e as guerrilhas dos campos, resultando em um bombardeio ao campo de refugiados Bourj al-Burajnehh, em 1973 (MAALOUF, 2011).

Uma série de fatores, internos e externos tornou a situação do conflito no Líbano e na região mais complexa, os reflexos da Guerra Fria na região e a mudança dos governos pró-ocidentais, como no Egito de Sadat; o crescimento dos campos de refugiados; as tentativas de Israel de combater a OLP por meio do estabelecimento de uma zona de segurança no sul do Líbano; e a atuação da Síria em tentar obter as Colinas de Golã, anexadas por Israel após a Guerra dos Seis Dias (ZAHREDDINE, 2005).

Karam (2010, p. 50-51) aponta que durante a Guerra de 1975, a segurança individual era presente, nesse sentido, com a intensificação do conflito viu-se a busca dos civis pela proteção de seus grupos familiares e grupos confessionais, evidenciando a característica sectária da sociedade libanesa. Consequentemente a ascensão de milícias palestinas no território agia visando a defesa dos ataques da frente conservadora cristã aos muçulmanos e a libaneses ligados a OLP. Cabe destacar que, a força militar dos grupos palestinos no Líbano era suficiente para combater as forças dos conservadores cristãos, do mesmo modo que possibilitou a ocupação por parte das milícias palestinas 1/5 do território libanês. Em decorrência das disputas internas no Líbano, que, consequentemente refletia nas relações dos Estados da região, a Síria interviu no conflito em 1976 e ocupou parte do território do Líbano.

O ano de 1978 é marcado pela invasão da Força de Defesa de Israel (FDI) ao Líbano em consequência de uma incursão da OLP a Israel, e a explosão de um ônibus de turismo israelense (RUIZ, 2015, p. 15). Como resposta às incessantes incursões no norte de Israel por forças aliadas a OLP, Israel, em 1978, lançou uma grande invasão sul do Líbano com o objetivo de afastando a OLP da região. O efeito resultante da invasão foi a extensão do conflito Israel ocupação de terras libanesas por meio da Operação Litani, que tornou o Rio Litani domínio israelense. A região possuía um caráter estratégico para Israel, dado ao acesso a água. A ocupação do rio resultou na destruição da infraestrutura da região e o deslocamento da população local (MAALOUF, 2011).

Com as intervenções do FDI no território libanês, e as reações violentas da OLP em resposta aos ataques de Israel, somado ao deslocamento de civis para áreas devastadas pelo conflito. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em março de 1978 por meio das Resoluções nº 425 e 426 que incentivava a retirar de Israel do território libanês através do estabelecimento da Força Interina das Nações Nacional no Líbano (UNIFIL) (RUIZ, 2015).

Um dos objetivos da UNIFIL era a retirada da FDI do território libanês e a retomada da autoridade do governo do Líbano na região. Contudo, em vez de transferirem o domínio da região a segurança da UNIFIL, que progressivamente iria auxiliar na reintegração da autoridade libanesa, a FDI passou para a milícia libanesa chamada de Exército Sul Libanês (SLA), que tinha a responsabilidade de servir como substituto de Israel no sul do Líbano, e levar a guerra a OLP em solo libanês. Em 06 de julho de 1982, Israel iniciou a Operação Paz para a Galiléia no Líbano após a tentativa de assassinato contra o Embaixador de Israel no Reino Unido e o bombardeio a civis no norte de Israel. Na medida em que a invasão israelense conseguia afastar a OLP do sul do Líbano, acabou contribuindo, consequentemente, para o surgimento de mais um grupo de milícia armada que passaria a atuar como resistência à ocupação israelense, o Hezbollah (KOTIA; EDU-AFFUL, 2014).

Em consequência do permanente conflito na região, em 1978, a ONU cria as Resoluções n° 425 e 426 que estabelecem a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A UNIFIL foi criada tendo como objetivo principal o cessar das ações militares israelenses no território libanês; a retirada da FDI supervisionada pela ONU, restaurando a segurança e assistindo o governo do Líbano na retomada se suas atribuições de modo autônomo, prezando pelo respeito à soberania libanesa, sua entidade política e integridade territorial reconhecida internacionalmente (SECURITY COUNCIL, 1978).

A UNIFIL inicia suas atividades com um contingente de 4000 soldados. Em 1982 houve o aumento para 7000 soldados. Os países que contribuíram para a UNIFIL foram o Canadá, Finlândia, Noruega, Senegal, Suécia, Irã, Irlanda, Itália, Nepal, Fiji, França, Países Baixos e Nigéria. Dentre os objetivos da missão, a retirada supervisionada da FDI ocorreu de forma progressiva. Contudo, como evidencia James (1983), a área meridional estava ocupada por uma milícia cristã, comandada por um ex-oficial do exército libanês que mantinha boa relação com a FDI, e supostamente fornecia armamento para a milícia. A UNIFIL tentou, por meio de negociações, estabelecer-se nessa região, porém o enclave estabelecido pela milícia dificultou a mobilidade da missão.

Outro fator apontado por James (1983), acerca da dificuldade de estabelecimento da UNIFIL, foi a região sul do território libanês. Como os israelenses ocupando a região sul, palestinos e libaneses argumentavam que no, âmbito do Acordo do Cairo tinham direito de operar no sul do Líbano. Assim sendo, foi acordado que a OLP, que já vinha realizado as suas ações na região, também deveria ser autorizada a permanecer, sem a privação de seus suprimentos para manutenção de suas tropas. Do mesmo modo que,

> [...] UNIFIL constantly experienced great difficulties. From time to time the leadership of the PLO gave assurances of its intention to co-operate with UNIFIL, but attempts by Palestinian and Lebanese armed elements to enter the UNIFIL area of operation remained a recurring event (JAMES, 1983, p. 622)[8].

A agressão de Israel ao território libanês, em 1982, resultou em mais enfretamentos com o Líbano. Este período marca o início da resistência islâmica pelo Hezbollah. O Hezbollah assumiu essa função e começou operações de resistência contra Israel usando muito poucos equipamentos e força humana. Posteriormente, com seu fortalecimento estabeleceu um abrangente projeto resistência completa que tinha como finalidade rejeitar qualquer tipo de imposição territorial (SEPAHVAND; ASGARKHANI, 2015).

Kotia e Edu-Afful (2014) conceituam o Hezbollah como um grupo militante xiita inspirado no desejo de buscar alguma forma de representação na esfera política libanesa. Embora a parcela xiita da população representasse a maioria, os mesmos eram marginalizados e não possuíam grande representatividade na estrutura política no Líbano. A ala militante Amal (Lebanese Resistance Detachments) que fazia a representação política dos interesses da comunidade xiita, passava por um momento em que era visto como fraco e incapaz de representar tais. Nesse contexto, o Hezbollah passou a ser visto como uma melhor opção pela população xiita, além de estarem recebendo o apoio (formação, munições e dinheiro) da Síria e Irã que tinham uma oposição à ocupação de Israel, o apoio externo auxiliava no seu fortalecimento como organização. Embora o Hezbollah não tenha sido o único grupo militante ou organização que assumiu a posição de frente na luta contra a ocupação israelense do sul do Líbano, os ataques do Hezbollah contra alvos israelenses foram crescendo em quantidade e

---

[8] "UNIFIL experimentou constantemente grandes dificuldades. De tempos em tempos, a liderança da OLP deu garantias da sua intenção de cooperar com a UNIFIL, mas as tentativas por elementos armados palestinos e libaneses para entrar na área da operação da UNIFIL permaneceu como um evento recorrente" (JAMES, 1983, p. 622, tradução nossa).

efetividade com o passar dos anos, representando um movimento de resistência com uma atuação expressiva.

Os conflitos entre Israel, OLP e Síria continuaram durante os anos de 1980, contudo, forças no âmbito interno passam a interagir de forma intensa com os atores regionais e entre si. As milícias passam a disputar pelos seus interesses particulares em detrimento do objetivo de atuar como resistência a ingerência externa. Nesse contexto, observou-se a disputa entre a Milícia Amal e Hezbollah pelo domínio sobre seus territórios onde se concentravam a população xiita do Líbano (MAALOUF, 2015).

Norton (2007) delineia a ação do Hezbollah no conflito libanês, com uma constituição organizacional coerente e consonante ao modelo revolucionário iraniano de regras confessionais. Durante os anos de 1988-1989, o Hezbollah desempenhou um papel relevante como resistência à ocupação da Zona de Segurança[9] estabelecida por Israel no sul do Líbano.

Em 2000, Israel inicia a sua retirada do território libanês de forma unilateral, e a presença síria no território libanês passa a ser questionada, tendo em vista a retirada de Israel poria fim na justificativa da Síria em permanecer no Líbano. Entretanto, as tropas sírias continuaram em território libanês e tiveram seu contingente diminuído nos anos de 2003 a 2005 (KAHREDDINE, 2005).

O Hezbollah, nesse período, projetou-se como o vencedor em seu confronto com Israel, por decorrência da força da organização contra as forças armadas de uma potência regional. Combatentes do Hezbollah não só eram capazes de retardar o avanço das forças terrestres FDI, mas também possuiam a capacidade de lutar de forma equanime contra as forças israelenses. O sucesso do Hezbollah passou a ser evidenciado em propaganda, o que possibilitou a excução de mais recrutamentos, que iriam ajudar a fortalecer a organização antes dos enfrentamentos que tornariam a ocorre com Israel (FELDMAN, 2016 ,p. 2).O Acordo de Taif, de 1989, terminou com o conflito e exigiu a retirada incondicional de todas as forças estrangeiras em solo libanês. Como resultado do Acordo de Taif, a Assembleia Nacional do Líbano, em 1991, ordenou a dissolução de todas milícias no país. No entanto, o Hezbollah, bem como o SLA permanecem ativos. Embora o Acordo de Taif não obtivesse sucesso em acabar com o Hezbollah, houve a reestruturação do sistema político, que ampliou a representação de

[9] A Zona de Segurança era a área ocupada pelas tropas israelenses, que compreendia 10% da parte sul do território libanês (KARAM, 2010)

muçulmanos no Parlamento, o que resultou na também reestruturação do Hezbollah, que concorreu como um partido político nas primeiras eleições pós-guerra civis de 1992.

O conflito foi encerrado em 1990, resultando na mudança na estrutura política libanesa, Karam destaca que as mudanças ocorridas na postura do Hezbollah.

> Sua inserção pragmática e realista no sistema político confessional, através da sua participação em pleitos eleitorais, contribuiu para, em certa medida, relativizar as características sectárias, desproporcionais e não representativas da demografia social libanesa desse sistema, ao realizar alianças estratégicas e conjunturais com cristãos e com os demais muçulmanos (2010, p. 124).

Complementarmente, Maalouf (2015) também evidencia que o conflito gerou grandes perdas materiais e humanas, assim como a deterioração econômica libanesa, que tinha como base o comercio, centro financeiro e turístico. O fim do conflito, observou-se um momento de estabilidade política e o início da reestruturação econômica libanesa e também o início da retirada das tropas israelenses do território libanês.

4.1 O conflito de 2006 e a reformulação da UNIFIL

O período de estabilidade começa a mudar com a Resolução n° 1559 do CSNU reforçava o incentivo para a retirada de qualquer força estrangeria do território libanês, bem como o desmantelamento das milícias internas ou estrangeiras que estivessem em atividade no Líbano. Paralelamente, o Parlamento libanês, em 2004, que era a favor da permanência da ocupação síria, ampliou o mandato presidencial de Emile Lahoud por mais três anos, o que resultou no descontentamento da população que esperava a realização das eleições em 2005. Com a retirada das tropas israelenses do território libanês, a estrutura política do Líbano polarizou-se entre aqueles que eram a favor, e os contra a permanência das forças sírias no território após a retirada das tropas israelenses (ZAHREDDINE, 2005).

O Primeiro Ministro Rafik Hariri que era a favor da retirada das tropas sírias, exonerou-se do cargo logo após a decisão parlamentar, em sequência, o ex Primeiro Ministro foi assassinado em setembro de 2004. O atentado contra Hariri, somando a sua eficácia na estruturação política e econômica do Líbano como Primeiro-Ministro, possibilitando a melhoria das condições após a guerra, gerou comoção popular e fez aumentar as pressões pela saída da Síria do Líbano (SEPAHVAND; ASGARKHANI, 2015).

Irani (2007) evidencia que regionalmente, os anos de 2005 a 2006 foram marcados pela guerra entre Estados Unidos e Iraque e o desenvolvimento do projeto estadunidense anti terrorismo; pela retirada da Síria do território libanês; pela continuidade do conflito entre a Palestina e Israel.

Nesse contexto, iniciou-se o diálogo entre autoridades libanesas, incluindo o líder do Hezbollah, Sheik Hassan Nasrallah, voltados a três questões específicas: o inquérito conduzido pela ONU sobre o assassinato do Rafik Hariri, as relações do Líbano com a Síria. O diálogo continuou, porém contornou a questão de desarmar o Hezbollah, sob o argumento de que na ausência de qualquer outro instrumento credível para defender o Líbano de Israel, a organização xiita iria continuar a proteger o país (NORTON, 2007).

No âmbito político libanês, Sepahvand e Asgarkhani (2015) discorrem que o Hezbollah, após o assassinato de Hariri, tentou atuar com cautela e não entrar em conflito sobre a retirada da Síria do Líbano. A coalizão de oposição do Hezbollah, chamada de Grupo 14 Março, após o assassinato de Hariri não conseguiu obter a maioria dos votos na eleição de 2006 para o Parlamento, e os grupos Hezbollah e Amal obtiveram 35 assentos parlamentares. Os autores consideram que tal resultado demonstrou que qualquer grupo e Partido não pode seguir seus próprios objetivos sem considerar as ideias do grupo rival.

Em 12 de junho de 2006, o Hezbollah sequestrou dois soldados israelenses durante um ataque inesperado ao longo da fronteira. O então Primeiro-Ministro de Israel, Ehud Olmert, respondeu com uma ofensiva de grande impacto, perpetrando ataques via aérea e terrestre ao sul do Líbano. Durante os primeiros dias do conflito, Israel efetuou ofencivas à infraestrutura libanesa, como pontes, estrada principais, usinas de energia e a artilharia da marinha ao longo da costa, também foram atacados o aeroporto de Beirute e da estação de transmissão do Al Manar. Em resposta, o Hezbollah lançou foguetes às cidades ao norte da Galiléia. Israel, tendo o objetivo de enfraquecer o Hezbollah e expulsa-lo da zona de fronteira entre Israel e o Líbano, iniciou uma operação em grande escala que resultou em uma terceira invasão israelense ao território libanês (FONTANA, 2010).

A ofenciva de 12 de julho também desencadeou um processo que resultou na perda de grande parte da margem de manobra de que gozava o Hezbollah anterioremente, como destaca Feldman (2016). Isso já se refletiu no meio do caminho durante a luta no plano de Sete Pontos proposto pelo primeiro-ministro libanês, Fouad Siniora, que estipulava sete pontos que o

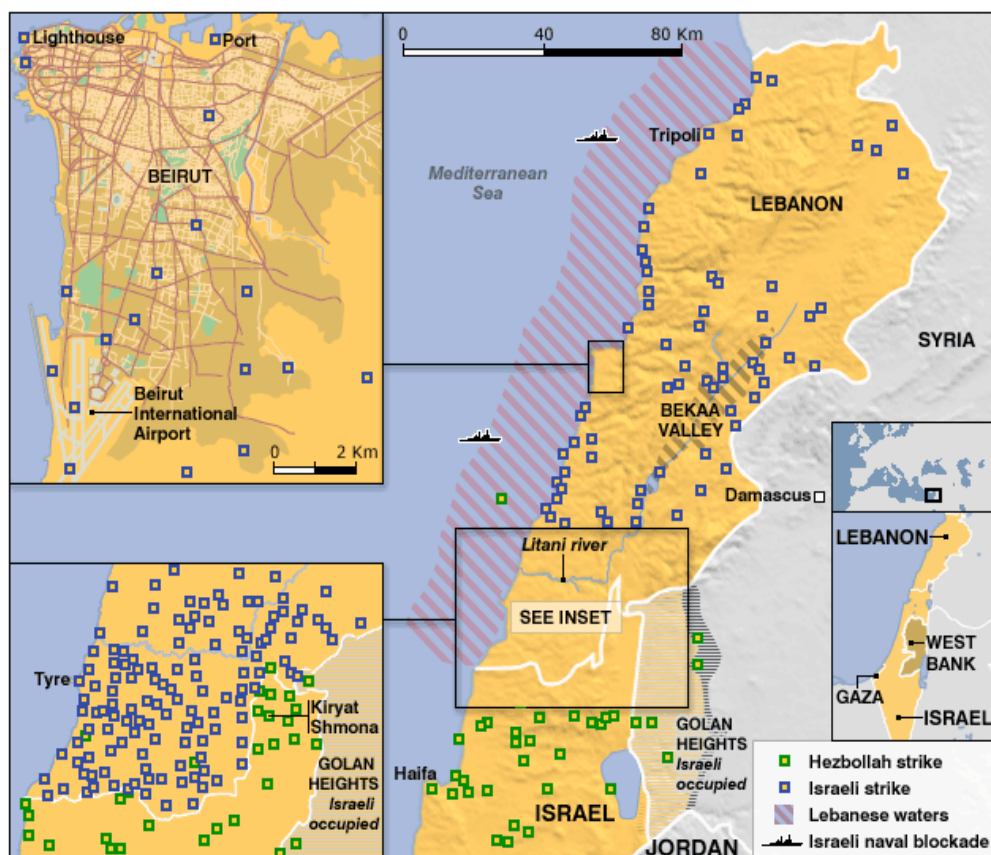
Governo do Líbano deveria seguir para afirmar sua soberania e estabelecer seu monopólio da força no sul do Líbano, região então comandada pelo Hezbollah. Isto sinalizou uma reversão da política adotada desde a retirada de Israel da área em maio de 2000, em que a responsabilidade pelo sul do Líbano foi cedido ao Hezbollah.

Fontana (2010) argumenta, de forma complemetar, que era importante para o Hezbollah evitar a derrota e melhorar a sua reputação como a única força muçulmana capaz de resistir a uma ofensiva israelense. Incialmente, o governo libanês e uma série de outros países árabes criticaram o sequestro de dois soldados israelenses. Porém, o Hezbollah foi mais tarde elogiado por sua resistência e capacidade de resposta aos ataques israelenses, somando ao discurso propagado pelo Hezbollah, que se definia como uma vanguarada na resistência à dominação exercida por Israel e o Ocidente na região. Este processo de reconhecimento da atuação do Hezbollah possibilitou que o grupo reunisse mais apoio para além do seu eleitorado nacional.

Visando acabar com o Hezbollah como força militar e libertar seus dois soldados capturados, Israel respondeu maciçamente ao incidente. Aliado aos EUA, ambos viam o conflito como uma guerra por procuração com o Irã. Também, destaca-se o fato de que Israel desfrutou de amplo apoio internacional, incluindo a condenação generalizada do Hezbollah por violar a fronteira de Israel e ter arrebatando os soldados, especialmente desde que Israel tinha unilateralmente retirado do país seis anos antes. Alguns Estados árabes foram rápidos para expressar a desaprovação acerca da ação do Hezbollah, incluindo a Arábia Saudita, Jordânia, Egito e os Emirados Árabes Unidos (NORTON, 2007).

O argumento utilizado pelo Secretário-Geral do Hezbollah, Sayyid Hassan Nasrallah, era de que enquanto houver a ocupação israelense, o Hezbollah continuaria atuando como uma força de resistência do Líbano. Nesse contexto, mais de 7000 residenciais, 145 pontes, diversos pontos comerciais e de prestação de serviços, instituição de publicação e mídia, hospital e da clínica, biblioteca, mesquita e centros culturais e foram bombardeadas e destruídas no Líbano. Durante esta guerra, mais 4000 civis ficaram feridos e milhões foram deslocadas, a dívida externa libanesa estava totalizada em 40 bilhões de dólares e os danos gerados pelo conflito encontravam-se em 4 bilhões dólares. Em resposta, as forças do Hezbollah dispararam mais de 2.000 mísseis para as cidades israelenses (SEPAHVAND; ASGARKHANI, 2015). No mapa abaixo (IMAGEM 2), estão indicadas as áreas atingidas tanto no território libanês, quanto no território israelense a partir do conflito iniciado em 12 julho a agosto de 2006.

IMAGEM 2

Mapa das áreas atingidas no conflito de 12 de julho a 14 de agosto de 2006

Fonte: (BBC, s.d)

Como pode ser observado no mapa acima, diversas áreas do território libanes foram atingidos pelos ataques da FDI, em grande escala, a região sul do país, onde se encontra as forças do Hezbollah. Somado a estes ataques, pode-se também ser visto o bloqueio naval feito pela Marinha de Israel, apresentando as prporções do conflito, que não limitou-se apenas aos ataques na linha de fronteira.

Nesse contexto, o CSNU aprovou em agosto de 2006 a Resolução n° 1701 que refirmava as disposições das Resoluções n° 425 e 426 e a complementava, objetivando o cessar fogo entre Hezbollah e a FDI. A UNIFIL também teve ampliação de seu mandato e ampliação de efetivo, de 1.989 soldados à 15.000 (RUIZ, 2015).

A Resolução n° 1701 ressalta danos gerados pelo conflito e estabelece com objetivos a vigilância do cessar fogo; o apoio e acompanhamento às forças armadas libanesas no reestabelecimento do território do sul do Líbano; o acesso ao auxílio humanitário à população

civil e assistência ao regresso da população deslocada no período do conflito (SECURITY COUNCIL, 2006, p. 3-4).

Dentre as prioridades definida pela UNIFIL, de acordo com Cuevas (2014), foram definidos o estabelecimento de uma estreita ligação e coordenação em ambos os lados do conflito; monitoramento da Linha Azul[10] ao longo de todo o seu comprimento e acelerar a sua adequada marcação, a fim de evitar uma passagem acidental ou deliberada de qualquer uma das duas partes; ajudar e apoiar a Lebanese Armed Force (LAF), estabelecendo uma coordenação e colaboração completa com a UNIFIL; e propiciar a proteção e a melhoria das condições da LAF e civis que contribuem para a UNIFIL.

Por meio da Resolução nº 1701, de 2006, a UNIFIL sofreu transformações substanciais. A missão passou por um aprimoramento, a UNIFIL tinha atribuições primariamente militares de observar de cessar-fogo, com a reformulação, a missão tornou-se um modelo complexo envolvendo muitos elementos como o incentivo para a participação de civis como forma de ajuda para o estabelecimento da paz e fim aos conflitos da região. Assim, a segunda fase da UNIFIL é classificada como uma missão de caráter multidimensional. Enquanto isso, as águas territoriais do Líbano ficaram sob o controle conjunto da Marine Task Force (MTF) e da LAF. O novo mandato da UNIFIL é resultado dos esforços diplomáticos e políticos dos Estados que compõem o CSNU, a fim de criar margem para a ascensão das autoridades libanesas sob a totalidade se seu território e exercer as suas responsabilidades de forma mais autônoma e eficaz (GAGLIARDINI, 2015).

O diferencial dessa segunda fase da UNIFIL foi o emprego de uma força marítima. A UNIFIL MTF foi estabelecida em outubro de 2006 com a função de monitorar a costa libanesa; monitorar o mar territorial do país, prevenindo a entrada de armamentos e matérias bélicos não autorizados; e, capacitar a Marinha libanesa para a execução da segurança naval do país. Na lista de países que contribuíram com contingentes nessa segunda fase do mandato da UNIFIL MTF, pode-se citar o Nepal, Brasil, Itália, China, Gana, França, Índia, entre outros (UNIFIL, 2016).

Cuevas (2014) discorre que a missão pode ser vista como não tão fácil de realizar, definindo-a como complexa, tendo em conta que é desenvolvida numa região de conflito

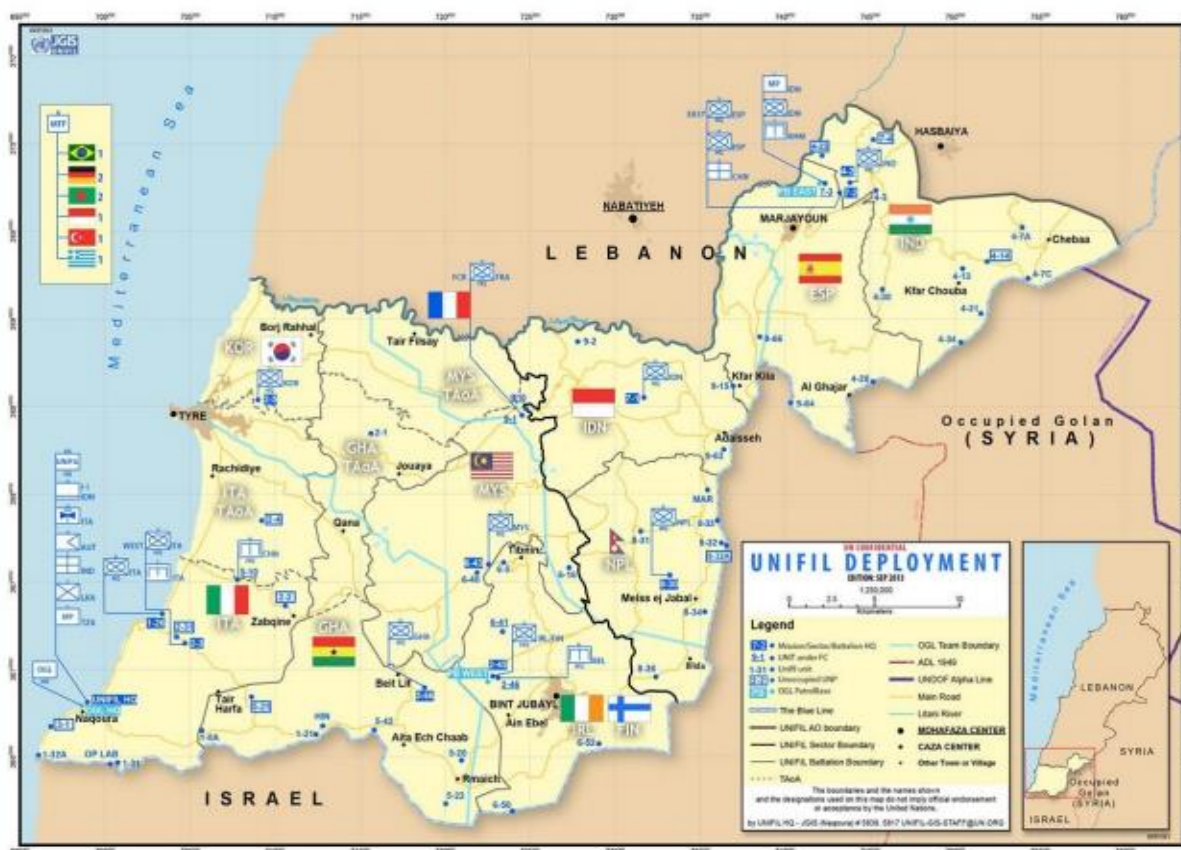
---

[10] A Linha Azul é uma linha demarcada entre a fronteira entre Israel e Líbano, definida em razão da retirada das tropas israelenses do território libanês no ano de 2000. Com o estabelecimento da UNIFIL em 2006, a Linha Azul passou a servir como marco territorial que separa a atuação e população da LAF e FDI (EL DEEK, 2012).

histórico envolvendo dois países em guerra e a ação de milícias locais. Cotando com mais de 12.000 soldados de 36 diferentes países, e mais de 1.000 funcionários da ONU e com uma força naval de 9 navios de guerra, tudo isso, possivelmente, faz com que a UNIFIL MTF se encontre entre as missões de paz da ONU mais expressivas em desenvolvimento no mundo dentro do sistema das Nações Unidas.

A missão é desenvolvida em uma área relativamente pequena no sul do país, cobrindo 1.026 km^2, encontra-se entre o Rio Litani e a Linha Azul. Além da UNIFIL MTF, a região comporta a presença de três brigadas e dois batalhões da LAF (6.000 tropas aproximadamente). A fim de dar uma ideia da dimensão da UNIFIL MTF, seu esforço e compromisso da comunidade internacional na manutenção da estabilidade da área, os recursos investidos pelas Nações Unidas, tanto humanos quanto econômicos e materiais, totalizaram um orçamento para os anos de 2011 a 2012 de 545.400.000 dólares. Isso, para uma força total de cerca de 12.000 tropas e 1.000 funcionários da ONU (CUEVAS, 2014). Como pode ser observado no mapa abaixo (Mapa 2), onde estão discriminadas as bandeiras dos países contribuintes nos respectivos locais de atuação, dentro da área de operacionalização da UNIFIL MTF.

IMAGEM 3

Desenvolvimento da UNIFIL MTF

Fonte: (GAGLIARDINI, 2015, p. 68)

No que tange à participação brasileira na UNIFIL MTF a partir de 2006 e, posteriormente, seu comando da MTF em 2011 diz respeito à construção das políticas brasileiras voltadas à promoção da solução de controvérsias e à interação com os meios multilaterais de resolução de conflito e, consequentemente, a participação em operações de paz (ABDENUR; SOCHACZEWSKI, 2016).

Assim sendo, o trabalho passará a se debruçar no exame da contribuição brasileira às Nações Unidas e, concomitantemente, à sua participação nas Operações de Paz da Organização e os efeitos gerados e desafios encontrado na execução da missão.

5 O BRASIL NO CSNU: DISPOSIÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA UNIFIL MARITIME TASK FORCE

Lannes (1998) expõe que a Organização das Nações Unidas foi criada no contexto da Segunda Guerra Mundial. Diferentemente de sua antecessora, a Liga das Nações, a ONU pautou sua ação de manutenção da paz e segurança internacional não incorporando o ideal de supranacionalidade. Com o fim da Guerra Fria, em decorrência do fim de alianças e sistemas de apoio e parceria, observou-se o crescimento de conflitos internos de grande violência em alguns Estados. Esses enfrentamentos levaram a discussões no âmbito das organizações internacionais de quais meios poderiam ser utilizados para a solução dos conflitos.

Nesse contexto, em torno de 15 missões foram realizadas pela ONU durante os anos de 1948 a 1989, e mais 29 missões foram iniciadas após o ano de 1989. Entretanto, a complexidade da realidade dos Estados que estavam em conflito, que se encontravam infraestutural, política e socioeconomicamente deteriorados, impulsionou uma mudança na condução das missões. Passou-se a compreender a necessidade de capacitar as missões para uma ação multidimensional, abrangendo ações que possibilitem não apenas o reestabelecimento da paz e da segurança, mas também a reestruturação política e socioeconômica do Estado receptor da missão. Esta alteração na concepção das atribuições das missões foi denominada de segunda geração das operações de manutenção de paz, a partir de 1988 até os dias atuais (LANNES, 1998).

Faganello (2013) destaca que não existe um consenso quanto ao estabelecimento de um conceito para as operações de paz entre os Estados e as Organizações Internacionais. Esta dificuldade de estabelecer uma definição perpassa pela falta de previsão dessas operações na Carta da ONU, e os variados termos utilizados para denominar esse modo de atuação, como Peace Operations, Peacekeeping Operations, Peacekeeping Missions e Peace Force. Um exemplo utilizado pela autora, diz respeito ao Centro de Informações das Nações Unidas do Rio de Janeiro, que em seu *site* utiliza ambos os termos Operações de Paz e Missões de Paz para definir uma mesma modalidade de atuação. O termo Peacekeeping Operation é comumente utilizado pelos países que contribuem com tropas para as Nações Unidas, e também por países em desenvolvimento, como o Brasil. Tais países compreendem que o termo Peace Operations é muito abrangente, deste modo:

> [...]o termo *Peacekeeping Operations* confere tranquilidade aos seus defensores, pois pressupões, dentre outros requisitos, o consentimento do país anfitrião quanto à

> presença da ONU em seu território, evitando, com isso, a ingerência externa injustificada (FAGANELLO, 2013, p. 42, grifo do autor).

O marco regulatório das missões de paz são as Resoluções desenvolvidas pelo Conselho de Segurança. As Resoluções têm por finalidade estabelecer as disposições e como ocorrerá os desdobramentos da missão. Com a autorização da missão, o Secretário-Geral da ONU estabelece um *Status of Force Agreement* com o país anfitrião, e são delimitados os direitos e deveres das forças militares e demais agentes do Estado que acolhe a missão. Ainda são estabelecidos o *Memorandum of Understanding e Rules of Engagement*, com os países que contribuirão com contingentes para a missão e quais são os parâmetros de atuação e uso de força.

Segundo Salvador (2007), apesar de ter um acumulado histórico vasto, no que tange à participação na ONU e em missões de paz, o Brasil se insere no contexto da segunda geração, envolvendo-se em outras áreas que abrangem as missões, como a função de observadores eleitorais e militares, desminagem e fornecimento de médicos e peritos. Do mesmo modo, observou-se o aumento da participação em número dessas missões a partir da primeira metade da década de 1990. A participação brasileira em missões da ONU está fundamentada no prestígio na participação e na projeção internacional para uma autuação mais expressiva, assim como a adoção de uma política não-confrontacionista, prezando a manutenção da paz e a não utilização de meios coercitivos. Como evidencia Celso Amorim, então Ministro das Relações Exteriores brasileira,

> “O Brasil é defensor intransigente de soluções pacíficas e tem manifesta preferência pela via multilateral para resolver os conflitos. Não há modo mais efetivo de aproximar os Estados, manter a paz, proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento sustentável e construir soluções negociadas para problemas comuns. [...] O multilateralismo encontra nas Nações Unidas sua mais legítima expressão. A ONU tem vocação universalista, de inclusão dos povos e de respeito à soberania de seus Estados membros” (AMORIM, 2007, p. 8).

Paralelamente, Sá (2014) aponta que a participação brasileira em Missões de Paz das Nações Unidas é datada de 1948, correspondente a participação brasileira na Comissão das Nações Unidas para os Bálcãs. Ao longo do tempo, já foram registradas mais de 30 missões as quais o Brasil participou. A contribuição brasileira caracteriza-se, assim como os demais países em desenvolvimento que participam ativamente das operações da ONU, pelo multilateralismo e pela busca pela boa governança por meio da reforma da estrutura de relações interestatais.

Hirst e Nasser (2014) compreendem que a atuação do Brasil tem evoluído, ou seja, deixou de ser um contribuinte de tropas seletivas para um contribuinte inovador e ambicioso no que tange à abordagem política e métodos de atuação em missões de paz. Este processo teve início em 2004, quando Brasil aceitou o comando militar das Nações Unidas Missão de Apoio para o Haiti (MINUSTAH), seguido pelos crescentes compromissos para UNFIL e a Missão de Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO). O país agora participa em nove, das dezessete operações de paz conduzidas pelas Nações Unidas, com 1.764 tropas. E, 97% dessa participação se dá no Haiti e Líbano.

O diálogo brasileiro acerca da sua participação nas Operações fundamenta-se na defesa da paz, na resolução pacífica de conflitos, respeito aos direitos humanos e cooperação como promotor do progresso. O multilateralismo se encaixa nesse contexto por meio da participação ativa em OIG como meio de ampliar a integração, privilegiando a busca pelo diálogo que não seja excludente aos Estados menos desenvolvidos. Do mesmo modo, busca-se respeitar as soberanias por meio da concessão preliminar do país que esteja enfrentando um conflito para o estabelecimento de uma operação (SÁ, 2014). Paralelamente, Amorim corrobora com as disposições supracitadas ao salientar que:

> “[...] a maioria dos conflitos no mundo ocorre em países fragilizados econômica e socialmente. Seria um erro ignorar a ligação entre elementos socioeconômicos e situações de insegurança. Para o Brasil, o aperfeiçoamento da estabilidade e da segurança está diretamente vinculado à criação de condições de desenvolvimento para a maioria dos países. Privilegiamos um sistema de segurança coletiva verdadeiramente multilateral. A força militar só deve ser usada como último recurso, nas condições claramente estabelecidas pela Carta da ONU, uma vez esgotados todos os esforços diplomáticos” (AMORIM, 2007, p. 11).

De modo complementar, o Brasil também buscou apoiar as iniciativas do CSNU para a proteção de civis no âmbito das missões de paz. Os meios sugeridos seriam a aproximação da população e as forças da ONU, para contribuir no melhor entendimento acerca da importância da missão. Paralelamente, a proteção física dos civis quanto a violência, o Brasil compreende e incentiva a proteção por meio da restauração das condições socioeconômicas, políticas e ambientais da população (VIOTTI, DUNLOP, FERNANDES, 2014).

Nesse sentido, tendo em consideração o caráter não-confrontacionista adotado pelo Brasil, também se observa a ressalva brasileira na participação de missões regidas pelo Capítulo

VII da Carta das Nações Unidas[11]. Complementarmente, a contribuição brasileira não se limita apenas aos aspectos militares das missões, também se busca contribuir para a superação dos agravantes ou impulsionadores dos conflitos, como a desigualdade socioeconômica (SÁ, 2014).

Verenhitach, Deitos e Seitenfus (2007) compreendem que a ação brasileira no âmbito internacional está pautada no conceito de não-indiferença em conflitos internacionais. O princípio de não-indiferença surge no contexto das descolonizações no continente africano e compreende que a doutrina da não-intervenção se fazia alheia às urgências dos direitos humanos. A não-indiferença não subjuga o princípio de soberania estatal, apenas compreende a necessidade de ressignificação quanto à inviolabilidade territorial e a defesa dos direitos dos civis. Nesse sentido, o Brasil incorpora esse princípio agregando também o conceito de solidariedade e a importância do multilateralismo e do diálogo no âmbito internacional.

Essa mudança impacta na condução dos processos de cooperação, envolvendo esforços voltados a países em desenvolvimento, pautados pelo princípio da solidariedade por meio de ações que visem a reestruturação do país, a erradicação da fome; segurança alimentar; meio ambiente e saúde. O princípio de não-indiferença não desconsidera a soberania do Estado, mas sim na defesa dos direitos da população civil, tendo em consideração às urgências de caráter social, político e econômico que afligem as populações que se encontram em territórios conflituosos. Nesse contexto, não apenas o princípio de solidariedade é evocado, o multilateralismo acaba sendo incentivado para promover a maior inserção desses países nos diálogos dos foros internacionais (SÁ, 2014).

A busca pelos meios multilaterais de diálogo internacional está inserida no conceito de multilateralismo da reciprocidade que caracteriza a condução da política externa brasileira a partir do século XXI, já abordado nesse trabalho quanto às relações cooperativas. No caso do multilateralismo da reciprocidade voltado à atuação brasileira no CSNU, Cervo e Bueno (2012) evidenciam que a diplomacia brasileira desaprova a ação unilateral no âmbito da segurança, e busca pela prevalência do diálogo e da negociação ao invés do uso da violência como meio de resolução de controvérsia. Deste modo, com expressão do conceito de multilateralismo da reciprocidade, o Brasil reivindica a democratização e maior representatividade nas decisões do CSNU.

---

[11] O Capítulo VII da Carta da ONU dispõe sobre a ameaça à paz e atos de agressão. Prevê sanções econômicas e, bloqueios navais, aéreos e ferroviários, rompimento de relações diplomáticas, bem como o uso da força em casos de legítima defesa (ONU, 1945, p. 25-31).

No que diz respeito aos investimentos na área das missões da ONU, são compartilhados pelos membros da ONU os custos de operacionalização. Compete à Assembleia Geral fazer a divisão dessas contribuições para uma cota referente à operacionalização das missões de paz. Essas contribuições são equivalentes à estrutura econômica dos países-membros, medido pelo PIB per capita do Estado contribuinte e é dividido em níveis de A a J. O Brasil, em 2010, ainda se encontrava no nível I, que possui desconto de 80% sob o valor da cota. No que tange aos investimentos em recursos humanos brasileiros para as missões de paz das Nações Unidas, o país mobilizou em torno de 2.200 soldados até o ano de 2009 (OLIVEIRA JUNIOR, 2010).

Nesse contexto, a participação brasileira na UNIFIL está correlacionada com a compreensão da diplomacia brasileira quanto ao seu posicionamento nas dinâmicas do CSNU e nas missões de paz, como discorre Amorim:

> "Temos um interesse claro na paz mundial, e devemos contribuir para preservá-la. Para esse fim, o Brasil deve adotar uma grande estratégia que conjugue política externa e política de defesa. Além da proteção de seus interesses, dever fundamental, o Brasil tem também a vocação de ser um país 'provedor da paz'. Naturalmente, a diplomacia é a primeira linha de defesa dos nossos interesses. Mas ela deve ter sempre o respaldo permanente da política de defesa" (AMORIM, 2013, p. 253).

E, tendo em consideração a ligação histórica entre Brasil e Líbano, além da grande presença de brasileiros residindo naquele país, o Brasil passa a contribuir para a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, sigla em inglês) e, a partir de 2001, comandar a Força Tarefa Marítima da UNIFIL MTF (sigla em inglês).

A UNFIL estabelecida em 1978, pelas Resoluções nº 425 e 426 estava inserida nas dinâmicas das missões de paz tradicionais, as quais possuíam um caráter restritamente militar, com sua atuação voltada para o monitoramento de cessar-fogo. Essa modalidade foi muito comum durante o período da Guerra Fria, ocasião que em logo no início das missões as Nações Unidas estabeleciam essa função. Contudo, com o fim da Guerra Fria, levando-se em consideração a mudança na natureza dos conflitos e a ascensão das agendas internacionais voltadas para as questões de direitos humanos e promoção da democracia, observou-se a mudança no desenvolvimento das missões. A segunda fase das missões de paz é marcada pela elaboração de missões multidimensionais, onde, além da busca pela segurança militar, visa-se auxiliar no processo político e eleições; auxiliar o acesso de civis à ajuda humanitária; contribuir para o desarmamento; dar suporte à criação de instituições governamentais legítimas, entre outros (FAGANELLO, 2013).

Djinnit e Vèriter (2016) evidenciam que a importante diferença entre a UNIFIL de 1987 e a UNIFIL MTF é que a reformulação da missão tem trabalhado para reforçar as forças armadas libanesas desde 2006, que tinham se enfraquecido dada a atuação das forças israelenses no território libanês. Apesar das circunstâncias complexas em que se operacionaliza a missão, a UNIFIL foi, no entanto, bem-sucedida em seu papel de estabilização regional e local, bem como prestação de assistência humanitária, que se tornou a base principal para a sua posterior manutenção.

A contribuição do Brasil ocorreu em 2010, com o convite do Governo do Líbano e da ONU para comandar a MTF em 2011. O comando dessa força-tarefa corresponde ao primeiro de um país que não compõe a OTAN e tem em sua esquadra os navios da Grécia, Indonésia, Alemanha e Turquia. O Brasil também contribui para a UNIFIL fornecendo militares responsáveis pela análise de dados e mantendo o diálogo entre o Estado-Maior e a MTF (ABDENUR, SOCHACZEWSKI, 2015).

Para Hirst e Nasser (2014), a decisão de participar no UNFIL MTF significou para o Brasil a abertura de um importante horizonte no âmbito internacional. O engajamento brasileiro representou outro grau de importância na construção de seu *status* como uma potência emergente dotada de responsabilidades internacionais significativas. A contribuição do Brasil também tem sido percebida como uma oportunidade para promover a participação de forças navais do país em operações da ONU. Esta seria a primeira vez que o Brasil tem tropas enviadas para o Médio Oriente desde a década de 1950, quando aderiu à missão de paz na Península do Sinai, no Egito. A participação brasileira envolveria a rápida implantação do 19º Batalhão Motorizado, uma unidade com muitos veteranos experientes de outras missões no Haiti, Timor Leste e Angola.

Em discurso na Cerimônia de entrega da Capitânia, o Ministro da Defesa brasileiro, Jaques Wagner afirma que:

> "Brazil initiated its participation at UNIFIL in February 2011, first with an Admiral and a Staff and after with a flagship. [...] By taking the UNIFIL MTF command, Brazil significantly contributes to the security of a strategic and sensitive area and acquires a distinct world vision, which allows us to better evaluate contemporary security threats and opportunities to act in future missions. Since this Maritime Force has no precedents, the lessons learned from it and the experiences acquired might prove to

> be extremely useful to the United Nations while planning future missions of this nature" (BRASIL, 2015b, p.1)[12].

O Almirante Luiz Henrique Caroli, que comandou a MTF, comenta acerca da capacitação das Força Naval Libanesa:

> "[...] UNIFIL Maritime Task Force is the first naval component of a UN peacekeeping mission. MTF training contribution to LAF (Lebanese Armed Force) Navy has been increasing over the years in both quantity and quality. The results achieved after almost five years of cooperation between the two naval forces are remarkable. They allow us to foresee the accomplishment of MTF's main goal that is to hand over the territorial waters responsibilities to the LAF Navy" (CAROLI, 2011, p. 16)[13].

Hyar (2015) aponta que a UNIFIL MTF é a única missão marítima da ONU que é composta por diversos navios de diferentes países e com tripulações variadas. Outra característica da missão é o estabelecimento da área de operação marítima, que é maior que o mar territorial libanês e é dividida em três zonas para a melhor verificação das embarcações que aportam no Líbano. Quanto à capacitação da Marinha libanesa com vias de que a mesma possa conduzir a segurança do mar territorial libanês, esta ação se dá por meio do auxílio da MTF na criação de normas e publicações voltadas para a sua capacitação. Além disso, com a sua presença em águas territoriais libanesas é útil para a UNIFIL MTF, devido ao controle dos sobrevoos israelenses no território libanês que são uma clara violação da Resolução nº 1701 (CUEVAS, 2014).

A marinha brasileira disponibilizou para a UNFIL MTF um contingente de 256 militares embarcados na Fragata Independência e uma aeronave, 13 militares pertencentes ao Estado-Maior da MTF, 3 militares pertencentes ao Estado-Maior da UNIFIL MTF e 7 militares inseridos na Brigada Espanhola. O objetivo da UNIFIL MTF é assegurar a costa e o mar

---

[12] "Brasil iniciou a sua participação na UNIFIL em fevereiro de 2011, primeiro com um Almirante e uma equipe e depois com um porta-estandarte. Ao tomar o comando da UNIFIL MTF, o Brasil contribui significativamente para a segurança de uma área estratégica e sensível e adquire uma visão de mundo distinta, o que nos permite uma melhor avaliar as ameaças à segurança contemporâneos e oportunidades para agir em missões futuras. Uma vez que esta força marítima não tem precedentes, as lições aprendidas a partir dele e as experiências adquiridas podem revelar-se extremamente uteis para as Nações Unidas, enquanto o planejamento futuro missões desta natureza" (BRASIL, 2015b, p. 1, tradução nossa).

[13] "UNIFIL MTF é o primeiro componente naval de uma missão de paz da ONU. A contribuição formação MTF a Marinha Libanesa tem vindo a aumentar ao longo dos anos, tanto em quantidade e qualidade. Os resultados alcançados após quase cinco anos de cooperação entre as duas forças navais são notáveis. Eles nos permitem prever a realização de objetivo principal do MTF que é para entregar as responsabilidades das águas territoriais para a Marinha Libanesa" (CAROLI, 2011, p. 16, tradução nossa).

territorial libanês, impedindo a entrada de armamentos e descaminhos, bem como a contribuição para o treinamento da Marinha libanesa (BRASIL, 2014b).

Esta força, cuja criação provocou a remoção do bloqueio naval de Israel, representa a única força naval nas missões de paz da ONU. Em 2006, o Primeiro-Ministro libanês, Fouad Siniora, solicitou ao Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, que criasse uma força tarefa naval. Annan demandou que as forças patrulhem seis milhas das águas territoriais em estreita cooperação com a Marinha libanesa e LAF. O primeiro-ministro libanês sublinhou os limites do Líbano e a capacidades da Marinha do Líbano que se restringia a patrulha de 200 quilômetros de litoral. A fim de ampliar a realização da proteção do mar territorial libanês, a UNIFIL MTF opera na Área de Operações Marítimas (AMO) ao longo da toda costa do Líbano, que se estende para o oeste até 43 milhas náuticas no Mediterrâneo. As primeiras 12 milhas náuticas do litoral libanês constituem águas territoriais. As unidades da UNIFIL MTF continuaram a realizar uma vigilância contínua do tráfego mercante, particularmente ao longo dos corredores de aproximação aos três principais portos do Líbano: Beirute, Tripoli e Sidon, bem como a inspeção de um navio suspeito (GAGLIARDINI, 2015).

A UNIFIL MTF é, atualmente, a segunda maior contribuição brasileira, no que tange às operações de paz das Nações Unidas. Além disso, durante o ano de 2010 e 2011, em decorrência da crise no Haiti e o acréscimo de mais um batalhão brasileiro para a Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e a assunção do comando brasileiro na UNIFIL MTF, o Brasil passou a ser identificado como o maior contribuinte de tropas para as missões da ONU do hemisfério ocidental e o 11º maior contribuinte de tropas do mundo (VIOTTI; DUNLOP; FERNANDES, 2014).

5.1 Efeitos e desafios da UNIFIL MTF

Cuevas (2014) argumenta que um dos principais desafios que a missão apresentou foi a construção de confiança entre partes envolvidas no conflito, tendo em vista a história dos confrontos entre os atores. Do mesmo modo que, como observado ao longo do conflito, as operações do Hezbollah contra Israel resultavam em ofensivas para todo o território libanês, não apenas para o seu oponente.

Outro desafio foi a localização da sede e de vários postos avançados na zona de atuação da UNIFIL MTF, justamente pela dificuldade em controlar rotas de abastecimento para alguns

destas isoladas unidades e o estabelecimento de meios de comunicação com a LAF e a FDI no início da reestruturação da missão, em 2006 (MAKDISI; GÖKSEL, et. al., 2009).

Apesar das circunstâncias complexas no ambiente operacional da UNIFIL MTF, a missão obteve êxito em seu papel de estabilização local. Desde 2006, a UNIFIL MTF vem se aprimorado no que diz respeito à cooperação e coordenação com as partes em conflito, o que propiciou a diminuição das tensões e dos incidentes na fronteira. Contudo, a criação de um ambiente de segurança pela missão está ligada diretamente a um processo político eficaz, a fim de alcançar os objetivos que vão além dos objetivos militares. Nesse sentido, a segurança proporcionada pela UNIFIL MTF poderia não se autogerir se o interesse das partes em manter a área estável desaparecer (DJINNIT, VÈRITER, 2016).

De forma complementar, Makdisi e Göksel et. al. (2009) compreendem que, em decorrência do contexto no qual a UNIFIL foi criada, num período em que o sul do Líbano encontrava-se sob o comando do Hezbollah e sofrendo diretamente com o conflito, a missão teve de estabelecer canais de comunicação com atores para dar continuidade aos seus objetivos. Apesar das pressões para que a UNIFIL não dialogasse com qualquer grupo, exceto a OLP e Israel, rapidamente percebeu-se que marginalizar e ignorar os outros grupos relevantes e com armamentos pesados poderia comprometer o êxito dos propósitos da missão. Assim sendo, apesar da oposição inicial dos Estados Unidos e Israel, a UNIFIL estabeleceu algum contato com os líderes do Hezbollah no sul do Líbano e, eventualmente, trazer o conflito sob algum controle.

Neste quadro, a UNIFIL desempenhou o papel de tampão entre os atores do conflito, porém, o êxito dessa função dependia da cooperação de ambas as partes. Desde a década de 1990 iniciou-se o diálogo com o Hezbollah, que concordou em três condições (GAGLIARDINI, 2015, p.63): As forças da ONU deveriam servir apenas em apoio do exército libanês e nunca como um agente de atuação independente; a UNIFIL e o exército libanês não teriam confiscado diretamente os armamentos do Hezbollah, mas apenas aqueles que entrarem no território libanês ilegalmente vindos através das fronteiras e da costa litorânea; e a UNIFIL iria se limitar à zona a sul do Rio Litani e não iria expandir sua operação para qualquer outra parte do Líbano. Percebendo que Hezbollah ainda era uma força dominante no sul do Líbano, alguns contingentes estabeleceram seus próprios canais discretos de comunicação com o partido.

A UNIFIL MTF também desenvolveu um extenso programa de cooperação com a LAF. Foram realizados exercícios de tiro de artilharia conjunta, busca e salvamento, exercícios de baixas em massa, entre outros, visando à preparação de contingência da LAF. A cooperação também envolve programas de intercâmbio, palestra entre LAF e oficiais da UNIFIL MTF, que abrange temas militares, mas também questões sociais e políticas. O investimento em cooperação operacional permite as trocas de experiências e auxilia em uma melhor compreensão do ambiente local, facilitando a coordenação das comunicações entre o Exército libanês e a UNIFIL na área conjunta da missão. Do mesmo modo, a implementação de um sistema de comando unificado na área de operações da UNIFIL, o Comando do Setor Sul do Rio Litani, contribuiu para o envio das diretivas emitidas pelo comando da LAF, mas também se tornou um único ponto de contato entre todas as unidades do Exército libanês na área e UNIFIL MTF (ARAB, 2012).

No que diz respeito a interação ente os civis e a missão, nos primeiros anos da UNIFIL MTF a população tinha optado por permanecer na aldeia no sul do Líbano, onde atuaria a missão, o que inicialmente poderia representar algum empecilho para a sua operacionalização. Embora a UNIFIL MTF tivesse orçamento limitado para os esforços humanitários, a missão conseguiu oferecer uma variedade de serviços a essas aldeias. Do mesmo modo, também forneceu a reparação de escolas e a limpeza de minas terrestres e bombas de fragmentação; auxiliou no acesso a serviços médicos, e envio de helicópteros para evacuar pacientes civis; atuou como corpo de bombeiros na região, entre outras ações. A população retribuiu a UNIFIL com informações sobre ameaças potenciais contra a força (MAKDISI; GÖKSEL, et. al, 2009).

Conforme pode ser observado em alguns dos relatórios sobre os desdobramentos da UNIFIL MTF, tanto há momentos onde são identificados avanços nos diálogos sobre a estabilização da região, quanto violações no que diz respeito às determinações da Resolução nº 1701. O 13° relatório emitido em julho de 2010, a situação na área de operações da UNIFIL manteve-se geralmente estável. Contudo, foram registradas alegações de violações como a transferências contínuas de armas para o Hezbollah, o que resultou no aumento perceptível na tensão entre as partes. Domesticamente, foi reportado ao Conselho de Segurança que o Governo do Líbano apresentou no período de fevereiro a julho de 2010, certa estabilidade e o consenso entre os líderes do país para mantê-la (SECURITY COUNCIL, 2010b).

Do mesmo modo, no 14º relatório de novembro de 2010 foi registrada pela primeira vez desde o fim das hostilidades em 2006, o inicio de conflito entre a LAF e o FDI, o resultando

desse enfrentamento foram baixas em ambos os lados. Este incidente, o mais grave que ocorreu desde a cessação das hostilidades, acabou provocando fragilidades na segurança da Linha Azul. Ainda neste relatório foram registradas repetidas violações e não registaram progressos no que diz respeito às obrigações fundamentais no âmbito da Resolução n° 1701. A situação na área de operações da UNIFIL foi relativamente estável durante o período desse relatório, apesar de vários incidentes significativos e as violações ocorridas forma investigadas e notificadas ao CSNU.

No que tange à MTF, a missão continuou a desempenhar seu mandato na AMO e o treinamento da Força Naval libanesas, que contribuiu com sucesso para as operações realizadas. Foram notificados incidentes ao longo da linha das boias (que faz a delimitação da fronteira marítima entre Israel e Líbano), durante o período de julho a novembro de 2010. Os incidentes relatados foram os disparando foguetes e tiros ao longo da linha boia pela FDI. A FDI argumentou que estas eram procedimentos de segurança empregados quando navios de pesca libanês aproximaram-se da linha das boias (SECURITY COUNCIL, 2010a).

No 16° relatório, emitido em fevereiro de 2011, evidenciou-se incidentes na área da Linha Azul. O Líbano e Israel continuaram a reafirmar seu compromisso com a Resolução nº 1701, o que assegurou a contenção de hostilidades. Contudo, não houveram progressos significativos na implementação de outras obrigações fundamentais no âmbito de Resolução nº 1701. O relatório também expôs a influência das tensões políticas que ocorreram na Síria em março de 2011, que intensificou as movimentações na fronteira com o Líbano através dos influxos de refugiados para o território libanês. A UNIFIL MTF desempenhou o seu mandato com algumas limitações, resultantes da falta de navios da Marinha libanesa adequados para as operações. Os incidentes ao longo da linha das boias continuaram a ocorrer da mesma forma que nos relatórios supracitados (SECURITY COUNCIL, 2011b). Em síntese, os relatórios apresentados destacam as sempre as iniciativas de manutenção da estabilidade entre a FDI e a LAF e o respeito aos objetivos da UNIFIL MTF. Contudo, são constantemente reportados que nem todas as disposições da Resolução nº 1701 foram estabelecidas efetivamente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho partiu do questionamento quanto à possibilidade de identificar alterações na estrutura socioeconômica libanesa a partir da aplicação das proposições do discurso brasileiro quanto à Segurança e Cooperação, levando em consideração as contribuições do Brasil para a UNIFIL MTF, e o desenvolvimento da cooperação com o Líbano.

Partindo-se da análise da participação brasileira na MINUSTAH, desde sua criação em 2004, pode-se também identificar a intensificação das relações entre Brasil e Haiti por meio da Cooperação Técnica elaborada pela Agência Brasileira de Cooperação. Nesse sentido, aventou-se a convergência entre o discurso brasileiro sobre o binômio Segurança e Cooperação e a sua aplicabilidade. Paralelamente, a aplicação do binômio no caso haitiano apresentou efeitos na estutura socioeconomica, durante os anos de 2005 a 2013, pode-se obeservar o crescimento de seus índices de desenvolvimento, bem como pode-se observar o êxito em alguns objetivos estabelecidos pela Missão de Estabilização.

Devido a isto, a hipótese utilizada neste trabalho – tendo em consideração as diferenças entre a Missão para o Haiti e a UNIFIL MTF, assim como as necessidades socioeconômicas atendidas pelos projetos de Cooperação Técnica da ABC em ambos os países – que a articulação do binômio Segurança e Cooperação para o Líbano poderia apresentar a mesma propensão demonstrada no caso haitiano.

Dentro da abordagem apresentada nesse trabalho quanto a atuação internacional brasileira, pode-se observar os aspectos que abarcam a construção do binômio Segurança e Cooperação. As dinâmicas do pós-Segunda Guerra e com os processos de descolonização, viram ocorrer mudanças na compreensão quanto a cooperação. Essas mudanças, em grande escala ocorreu pelas inovações técnicas que impulsionaram a Cooperação Técnica Internacional, bem com ela Conferências para o Desenvolvimento das Nações Unidas. Posteriormente, na década de 1960, e pelo estabelecimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que proveu bases para a busca pelo desenvolvimento autossustentável dos países.

Com a ascensão dos diálogos entre os países em desenvolvimento em matéria de cooperação, propiciou a mudança de perspectiva no que tange os papéis desses países no processo de cooperação internacional. O termo recipiendário e doador são substituídos pelo conceito de parceiro, representando uma mudança nos padrões das relações cooperativas

interestatais. Essa mudança conceitual também é acompanhada pela mudança nos parâmetros que definiam o desenvolvimento de um país, juntamente com os programas do PNUD, passou-se a mensurar o desenvolvimento de um país, não apenas por seu produto interno bruto, mas também pelo índice de desenvolvimento humano.

O Brasil se insere nessas transformações, compreendendo a cooperação técnica internacional como um veículo promotor do desenvolvimento por meio do aprimoramento das capacidades do país parceiro, envolvendo o respeito à soberania, solidariedade e reciprocidade. Outra característica é a busca por aprofundar as relações com países parceiro, ao disponibilizar a eles o conhecimento adquirido pelas instituições especializadas brasileira, promovendo assim o progresso econômico e social.

Sob essa perspectiva, é relevante observar o papel desempenhado pela utilização do multilateralismo, e a busca pela diversificação da configuração geométrica das relações brasileiras. Privilegia-se então os meios multilaterais de relações interestatais, pois estes propiciam as transferências das tecnologias e assegura a abertura de canais de comunicação, Compreendendo que os benefícios das relações multilaterais devem alcançar todas as nações por meio da reciprocidade estabelecida pelas regras do ordenamento multilateral das OIG. De forma análoga ao que discorre a Teoria Institucionalista Neoliberal, onde a reciprocidade é vista como um mecanismo de importante no desenvolvimento da cooperação, tendo em vista a comunicação e os resultados distributivos da cooperação.

O multilateralismo das relações exteriores do Brasil acompanha as transformações ocorridas no cenário internacional com o fim da Guerra Fria, onde o Brasil adotou uma ação mais intensa para a agenda multilateral e na consolidação dos regimes internacionais. A ênfase a temática social pela agenda internacional, juntamente como a busca por relações multilaterais e bilaterais visando um equilíbrio maior nas negociações em âmbito de OIG, somou-se a iniciativa de aproximação dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos e, consequentemente, ao estreitamento das relações com os mesmos.

Nesse sentido, considerando o acumulado histórico das relações entre Brasil e Líbano é marcada pela imigração libanesa para o Brasil, foi prezada a manutenção dessas relações por ambas as partes. Com o acirramento do conflito entre Israel, Líbano, Hezbollah, no ano de 2006, resultou estreitamento dessas relações, principalmente pautada pelo conceito de solidariedade e também pelos princípios multilaterais.

O Líbano é marcado por conflitos desde o ano de 1978, ano o qual é estabelecida a UNIFIL, e, no ano de 2006, observou-se a volta nos enfrentamentos entre Hezbollah e Israel atingiu gravemente a infraestrutura libanesa, principalmente nas áreas de energia, comunicação, saneamento. Os resultados do conflito de 2006 sob a infraestrutura libanesa, na proteção da população deslocada, bem como a deterioração do sistema econômico do país, que tinha como base o comércio e turismo, somada as relações diplomáticas históricas entre o Brasil e o Líbano, apresentaram-se como motivação para o início da cooperação.

Assim sendo, desde o retorno dos confrontos, o Brasil participou de foros internacionais no mesmo ano em que se iniciou o conflito no Líbano, como Conferência Internacional de Apoio ao Líbano (Paris III) e a Conferência de Estocolmo para Reconstrução do Líbano. Aliado aos princípios multilaterais e o princípio de solidariedade esforços para apoiar a reconstrução do Líbano, resultaram na intensificação no processo de cooperação entre Brasil e Líbano. O que incentivou o processo de cooperação, levando a identificação de diversas áreas, as quais o Brasil, através das experiências adquiridas internamente, poderia contribuir para a reestruturação do Líbano. As áreas foram a saúde, educação, agricultura, desenvolvimento urbano, as quais culminaram na realização de missões de cooperação envolvendo instituições nacionais brasileira, como a Caixa Econômica Federal, SENAI, MAPA, INMETRO, ANVISA.

Cabe salientar que no desenvolvimento da cooperação brasileira com o Líbano, os projetos da ABC incluíam em quase sua totalidade os termos intercâmbio e capacitação, o que evidencia um dos principais objetivos da CTI desenvolvida pelo Brasil, que é a busca pela capacitação dos agentes domésticos para que os mesmos tornem as instituições libanesas capazes de gerirem o conhecimento transmitido pelas instituições brasileiras.

No que diz respeito a participação brasileira na UNFIL MTF, está pautada nos princípios de solução pacifica de controvérsias por meio dos diálogos multilaterais no âmbito das OIG. Complementarmente, a partir do ano de 2004 o Brasil intensificou sua participação nas missões do CSNU, principalmente na participação na MINUSTAH e UNIFIL MTF. Essa missão tem um caráter relevante para a projeção internacional brasileira, reconhecido como o maior contribuinte do ocidente de contingente para as missões do CSNU e pelo convite da ONU e do Governo libanês para o Brasil assumir o comando da MTF em 2011. A UNIFIL MTF também pioneira, pois é o primeiro comando de uma missão pela Marinha Brasileira.

Sobre os investimentos brasileiros para a cooperação, os dados apontados ao longo do trabalho evidenciaram o crescimento exponencial dos valores durante os anos de 2005 a 2010. Entretanto, se comparados os valores dos investimentos por regiões, comprova-se que os investimentos para o Oriente Médio são menores em relação a África, América Latina e Caribe. Outra ressalva a ser feita diz respeito a classificação conjunta dos investimentos para o Oriente Médio e a Ásia, o que se apresentou como um empecilho para a mensuração exata dos investimentos brasileiros na região.

Complementarmente, a contribuição financeira do Brasil para as missões do Conselho de Segurança encontra-se na conta I, recebendo 80% de desconto nos financiamentos, em uma escala de A a J, Entretanto, a contribuição em tropas, e no caso da UNIFIL MTF, a disponibilização de fragatas representou grande importância para a missão. Haja vista a necessidade do governo do Líbano, segundo a Resolução n° 1701, passar a executar plenamente a função de assegurar suas fronteiras, terrestres, marítimas e áreas, a UNIFIL MTF, por meio do desenvolvimento da capacitação dos soldados libaneses e fornecendo o acesso a novas técnicas, auxiliou no processo de diminuição das tensões do conflito.

As disposições sobre os efeitos obtidos por meio da cooperação, observou-se uma tendência de crescimento dos índices de desenvolvimento entre os anos de 2005 a 2014. Contudo, se faz relevante salientar que a contribuição brasileira não é a única, o PNUD e outros órgãos desenvolvem projetos visando a reestruturação do país após o conflito.

Em relação a UNIFIL MTF, a missão após a sua reestruturação passou a contemplar outros aspectos, e dentro das novas proposições, a missão apresentou êxitos, como no auxílio humanitário da população e no estabelecimento do diálogo com a LAF e a FDI, visando a manutenção do cessar-fogo. Apesar disso, algumas infrações à Resolução n° 1701 eram frequentes, principalmente ao longo da Linha Azul e na linha das boias no Mar Mediterrâneo. Outro ponto a ser destacado é que algumas das metas da Resolução n° 1701 não foram atingidas, como o pleno controle territorial por parte do governo do Líbano.

Nota-se que, mesmo ocorrendo um espaço relativamente grande entre o início do desenvolvimento dos projetos de cooperação e o engajamento do Brasil na UNIFIL MTF, observou-se a operacionalização do binômio Segurança e Cooperação, tendo em vista o discurso brasileiro de que a força militar só deve ser utilizada como recurso, nas condições onde forem esgotados todos os esforços diplomáticos para a resolução do conflito. Logo, apesar de

não se identificar a ação paralela entre a Cooperação e a contribuição para a missão, assim como ocorreu com a MINUSTAH, a contribuição inicial com a cooperação corrobora com o discurso.

Portanto, quanto a hipótese proposta para esta pesquisa confirma-se a consonância entre o discurso sobre o binômio Segurança e Cooperação e a atuação brasileira na UNIFIL MTF e na cooperação com o Líbano. Da mesma forma, confirma-se a identificação de efeitos na estrutura socioeconômica libanesa após o desenvolvimento do binômio ao identificar as tendências de crescimento dos índices de desenvolvimento do Líbano. Ainda que os investimentos brasileiros no que tange a cooperação com o Oriente Médio sejam menores do que com as outras regiões, outros países, OIG e ONG contribuíram para a reestruturação do país. Somada aos resultados obtidos pela UNIFL MTF, apesar de serem identificadas algumas infrações a Resolução nº1701, grandes retrocessos a missão não foram identificados. Sob essa perspectiva, embora o Brasil esteja inserido nas quotas do CSNU na categoria I, a contribuição brasileira tem uma relevância expressiva no caráter estratégico - contingente militar e investimentos para a cooperação - se faz importante analisar, em pesquisas futuras, a contribuição dos demais países que compõem a UNIFIL MTF, bem como as contribuições de OIG para a reconstrução da infraestrutura do país e apoio humanitário a população.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOCHACZEWSKI, Monique. O Brasil e a UNIFIL: A participação de militares brasileiros junto ao contingente espanhol. **Revista Ipisis Libanis.** Ano 1, n. 1, 2016.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Missão brasileira identifica áreas para a cooperação com Líbano**. [2007] Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/240>. Acesso em: 21 set. 16.

______. **Missões** [2015]. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Miss%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 21 set. 16.

______. Cooperação Técnica brasileira em saúde. **Publicação da Agência Brasileira de Cooperação - Via ABC,** mar. 2007. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/intranet/Sistemas_ABC/siteabc/documentos/viaABC-baixa.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.

ARAB, Fawaz. UNIFIL Peacekeeping and Lebanese National Security. **U.S Army War College,** mar. 2012. Disponível em: <http://oai.dtic.mil/oai/oai?verb=getRecord&metadataPrefix=html&identifier=ADA560849>. Acesso em: 20 out. 2016.

AMORIM, Celso. **A Diplomacia Multilateral do Brasil**: Um tributo a Rui Barbosa. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. Acesso em: < https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/24710/548-A_diplomacia_multilateral_do_Brasil_Um_tributo_a_Rui_Barbosa.pdf?sequence=2>. Disponível em: 10 out.

______. Grande estratégia e poder naval em um mundo em fluxo. **Revista Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro. Vol. 19, n. 2, 2013, p. 253-267.

AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert O. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. **World Politics**. Vol 38, n 1, 1985, p. 226-254.

BARBOSA, Pedro Henrique Batista. O viés instrumental da cooperação técnica horizontal brasileira. **Revista Tempo do Mundo**. Vol 4, n. 1, 2012, p. 121-153.

BBC. Middl east crisis: In maps. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/629/629/4801243.stm>. Acesso em: 9 out. 2016.

BRASIL. Balanço da Política Externa de 2003-2010. **Ministério das Relações Exteriores**. v. 7, n. 02, 2011. Disponível em: <http:// www. tamaraty. gov. br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>. Acesso em: 26 set. 2016.

______. Decreto n° 5.744, de 4 de abril de 2006. Promulga o acordo entre governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e procedimentos Sanitários e Fitossanitários. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 5 abr. 2006a. Seção 1, p.1.

______. Decreto n° 5.888, de 6 de setembro de 2006. Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Brasil e o governo da República do Líbano na área do turismo. **Diário Oficial da União**, Brasil, DF, 8 set. 2006b, p.8.

______. Decreto n° 6.397, de 13 de março de 2008. Promulga o acordo de Cooperação entre o governo da República da República federativa do Brasil e o governo da República do Líbano sobre o combate à produção, ao consumo e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substância psicotrópicas e sobre o combate às atividades de lavagem de dinheiro e outras transações financeiras fraudulentas afins. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 dez. 2008, p. 9.

_______. Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral. **Ministério das Relações Exteriores**, 4ª ed., Brasília, Agência Brasileira de Cooperação, 2014a. p.180.

_______. Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT): Manual de Orientação. **Ministério das Relações Exteriores**. 2ª ed., Brasília, Agência Brasileia de Cooperação, 2004, p.48.

______. Manual de gestão da cooperação Técnica Sul-Sul. Brasília, **Ministério das Relações Exteriores, Agência brasileira de Cooperação**, Brasília, 2013, p. 180.

______. Missão da ONU no Líbano tem nova liderança brasileira. **Portal Brasil.** 2015a. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/02/missao-da-onu-no-libano-tem-nova-lideranca-brasileira>. Acesso em: 19 out 2016.

______. O Brasil na UNIFIL (Líbano). **Ministério da Defesa**, 2014b. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-unifil-libano>. Acesso em: 13 out. 16.

______. Programa Executivo de Cooperação Educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Líbano para o período de 2006 a 2009. **Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Atos Internacionais**. 27 fev. 2006c. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2006/b_40/at_download/arquivo>. Acesso em: 26 set. 16.

______. Repertório de política externa: posições do Brasil. **Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Planejamento Diplomático**, 2007, p. 583.

______. UNIFIL Maritime Task Force Flagship Handover Ceremony: Speech by Brazilian Defense Minister Jaques Wagner at the UNIFIL Maritime Task Force Flagship Handover Ceremony. Beirute, set 2015b. **Ministério da Defesa**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/pronunciamentos/ministro/setembro/unifil_mtf_flagship_handover.pdf>. Acesso em 14 out 2015
BLINDER, Daniel. La raíz del conflito em um espacio-mundo limitado: Israel Hezbollah y Siria. **Revista Questión**. Vol 1, n. 20, 2008.

CAROLI, Luiz Henrique. UNIFIL and LAF in largest naval drill. **Al-Janoub, UNIFIL Magazine**. N. 10, out. 2011. Disponível em: <http://unifil.unmissions.org/sites/default/files/Al-Janoub_ENGLISH10.pdf>. Acesso em 16 out. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Inserção Global no século XXI: A Estratégia do Estado Logístico. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília. Editora Universidade de Brasília, 4 ed., p. 525-560, 2012.

CERVO, Amado Luiz. Socializando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol 37, n. 1, p. 37-63, 1994.

COSTA, Agni Prado; AMARAL, Gabriela Granço do; PACINI, Lais de Oliveira. A redescoberta recíproca? Análise das relações Brasil, Oriente Médio e PMDR. **Revista de Iniciação Científica da FFC**. Vol. 11, n. 1, 2011.

CUEVAS, Alberto Asarta. UNIFIL, instrument for Peace in the Middle East. **Instituto Español de Estudios Estratégicos**, n. 96, out. 2014. Disponível em: <http://www.ieee.es/en/Galerias/fichero/docs_opinion/2013/DIEEEO96-2013_FINUL_Libano_AlbertoAsartaCuevas_ENGLISH.pdf >. Acesso em: 16 out. 2016.

DJINNIT, Dalil; VÈRITER, Sophie L. UNIFIL and the difficult political process in Lebanon. **IPP Journal**, mar 2016. Disponível em: <https://ippjournal.wordpress.com/2016/03/31/unifil-and-the-difficult-political-process-in-lebanon/> Acesso em: 14 out 2016.

EL DEEK, Ghinwa. Mr. Blue Barrel explains the Blue Line. **UNIFIL**, dez. 2012. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/mr-blue-barrel-explains-blue-line>. Acesso em 20 out. 2016.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. Operações de manutenção da paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. FUNAG, Brasíla, 2013, p. 372.

FELDMAN, Shai. The Hezbollah-Israel War: A Preliminary assessment. Crown Center for Middle East Studies. **Brandeis University.** N. 10, 2016. Disponível em: <http://www.brandeis.com/crown/publications/meb/MEB10.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

FONTANA, Lorenza. Hezbollah vs Israel: Confronting information strategies in the 2006 Lebanese war. **Arab Media e Society**, 2010. Disponível em: <http://www.arabmediasociety.com/articles/downloads/20100330144810_Fontana_-_for_pdf.pdf>. Acesso em 29 set. 2016.

GAGLIARDINI, Federica. **Comparing peacekeeping operations in the Middle East**: the case of MFO and UNIFIL II. Dissertação (Master's Degree of International Relations), Department of Political Science,Libera Università Internazionale degli Studi Sociali. Roma, 2015.

GATTAZ, André Castanheira. Seis dias: A escalada da violência de 1948 a 1967. In: GATTAZ, André Castanheira. **A Guerra da Palestina:** da criação do Estado de Israel à Nova Intifada. Usina do Livro, 2º ed., São Paulo, 2003.

GRIECO, Joseph M. **Anarchy and the limits of Cooperation**: A Realist Critique of the Newest Liberal Institutionalism. International Oranization, Vol. 42, n. 3, p. 458-507. 1988.

HAFFNER, Jaqueline A. H; HOLAND, Carla A. R. Relações econômicas entre o Brasil e o Oriente Médio no governo Lula. **Ciências & Letras**, n. 51, p. 135-156, 2012 Disponível em: <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>. Acesso em: 21 set. 16.

HIRST, Monica**.** Aspectos Conceituais e Prática da Atuação do Brasil em Cooperação Sul-Sul: Os Casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau. Textos para Discussão 1687**. IPEA.** Rio de Janeiro, 2012.

HIRST, Monica; NASSER, Reginaldo Mattar. Brazil’s involvement in peacekeeping operations: the new defence-security-foreign policy nexus. **Norwegian Peacebuilding Resource Centre,** 2014. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/184486/1f05a3ed4e305be65263b1dd53f1bd64.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

HOLAND, Carla Andréia Ronconi. **A política externa do governo lula (2002-2010) para o Oriente Médio: Precedentes, avanços e retomadas**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. 2013, p. 126.

HYAR, Albert Zaki. O papel do Brasil na UNIFIL. **Escola Superior de Guerra**, 2015. Disponível em:<http://www.esg.br/images/Monografias/2015/HYAR.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

IGLESIAS, Carlos Alfonso Puente. A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005. **Fundação Alexandre de Gusmão**, 2010, p. 340.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009. **IPEA**. Brasília, 2010, p. 78.

______. Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010. **IPEA.** Brasília, 2013, p. 126.

IRANI, George Emile. Em el ojo del hiracán: la guerra del verano de 2006 em el Líbano. Programa de África y Oriente Próximo, **Centro internacional de Toledo para la Paz,** 2007. Disponível em: <http://www.iemed.org/anuari/2007/earticles/eIrani.pdf>. Acesso em 30 set. 2016.

JAMES, Alan. Painful Peacekeeping: The United Nations in Lebanon 1978-1982. **International Journal**. Vol. 38, no. 4, 1983, p. 613-34. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40202203>. Acesso em: 2 out. 2016.

JERVIS, Robert. "Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate." **International Security**, Vol. 24, n. 1, 1999, p. 42-63.

KARAM, Christina da Camino. **Da revolução ao reformismo socioeconômico**: Hizballah, islamo-nacionalismo e economia de redes no Líbano do pós-guerra civil (1992-2006).

Dissertação (Programa de Pós-graduação) Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia. São Paulo, 2010.

KATZENSTEIN, Peter J., KEOHANE, Robert O.; KRASNER Stephen D. International Organization and the Study of World Politics**. International Organization**. Vol 52, n. 4, 1998, p. 645-85.

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variable, **International Organization**. Vol. 36, n. 2, Spring 1982.

KEOHANE, Robert & MARTIN, Lisa. "The Promise of Institutionalist Theory". **International Security**, Vol. 20, n. 1, 1995, p. 39-51.

___________. Capítulo 1: Institucionalismo Neoliberal**:** una perspectiva de la política mundial. In: **Instituciones Internacionales y Poder Estatal:** ensayos sobre teoría de las relaciones internacionales. Buenos Aires, Grupo Editor Latino Americano, 1993. p. 13-38.

___________. "International Institutions: Can Interdependence Work?" **Foreign Policy,** n. 110, 1998, p. 82-194.

___________. Reciprocity in international relations. **International Organizations.** Vol 40, n. 1, 1986.

___________. Twenty years of Institutional Liberalism. **International Relations.** Vol 26, n. 2, 2012, p. 125-138.

KOTIA, Emmanuel Wekem; EDU-AFFUL, Fiifi. The Lebanon-Israel war of 2006: Global effects and its aftermath. **Small War Journal**. 2014.

LANNES, Ulisses L. Perazzo. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, p. 19.

LEITE, Patrícia Soares.A Política Externa do Primeiro Governo Lula (2003-2006). *In:* **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa**: os governos Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011, p. 162-228.

MAALOUF, Ramez Philippe. **Geoestratégias em confronto no Líbano em guerra (1975-90)**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia e Faculdade de Filosofia. São Paulo, 2011.

MAKDISI, Karim; GÖKSEL, Timur, et. al. UNIFIL II: Emerging and evolving European engagement in Lebanon and the Middle East. **Euro Mesco Paper**, jan 2009. Disponível em:< http://www.euromesco.net/euromesco/images/paper76eng.pdf>. Acesso em 18 out. 2016.

MARIANO, Karina. O Neoliberal Institucionalismo: um modelo teórico para a integração regional. **Cadernos Cedec**. São Paulo, n. 50, 1995.

MARTIN, Lisa L.; SIMMONS, Beth A. Theories and Empirical Studies of International Institutions. **J-STOR**. Vol. 52, n. 4, 1998, p. 729-57.

MEDINA, María del Poder Arroyo. El Líbano de 1975/1992. **Cuadernos de Historia Contemporánea**. n. 23, 2001, p. 343-366.

MELLO, Flavia de Campos. Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um balanço dos debates. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 44, 1997.

NORTON, Augustus Richard. The role of Hezbollah in Lebanese domestic politics. **International Spectator**. Vol, 42, n. 2, 2007.

OLIVEIRA JUNIOR, Almir de; GÓES, Fernanda Lira. A presença brasileira nas operações de az das Nações Unidas. **IPEA**, Texto para Discussão, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1401/1/TD_1516.pdf >. Acesso em 14 out 2016

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. C**arta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. 1945. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

OSMAN, Samira Adel**. Entre o Líbano e o Brasil**: dinâmica migratória e história oral de vida. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2007.

PAPI, Luciana Pazini; MEDEIROS, Klei **Agenda social na política externa do governo Lula:** os casos da cooperação internacional prestada pelo MDS e pela ABC. Conjuntura Austral. Vol. 6, n. 30, 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa no século XXI**: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 51, n. 2, 2008.

PINO, Bruno Ayllón. A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento. Texto para Discussão. **IPEA**. 2013, p. 60.

PNUD. Resultados del PNUD: Líbano. Vol 1, 2010. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/results/spanish/SP_Results_Lebanon_v1_3-10-10.pdf%3Fdownload&prev=search>. Acesso em 26 set. 2016.

______. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos. 2009. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2009-portuguese-summary.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

______. Human Development Report 2015: Lebanon. 2015. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/LBN.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

RUGGIE, John Gerard. The false premise of Realism. **International Security**. Vol. 20, n. 1, Sumer 1995, p. 62-70.

RUIZ, Albert Charara i. **FuerzaInterina de las Naciones Unidas em Líbano (FINUL):** Evolución de la misión em términos de seguridade humana. Trabalho de conclusão de curso. Universitat Autònoma de Barcelona, Facultat de Ciències Polítiques i Sociologia, Barcelona, 2015.

SÁ, Jéssica Espindola de. O que move o Brasil: Uma análise da Participação brasileira nas Operações de Paz da ONU. In: **2º Seminário de Relações Internacionais: Graduação e Pós-Graduação Os BRICS e as Transformações da Ordem Global.** João Pessoa, 28 e 29 de agosto de 2014, Paraíba.

SALVADOR, Caroline Alves. **O Brasil e as Operações de Paz das Nações Unidas**. 2007. Dissertação (Mestrado Ciências Jurídico-Internacionais). Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Portugal.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007, **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília. Vol. 50, n. 2, pág. 42-59, 2007

SECURITY COUNCIL. Resolution 425, mar. 1978. **United Nations**. Diponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/425%281978%29>. Acesso em: 30 set 2016.

______. Fourteenth report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolution 1701 (2006). **United Nations**, nov. 2010a. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/sites/default/files/14thReport%281701%29.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016

______. Seventeenth report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolution 1701 (2006). **United Nations**, nov. 2011a. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/sites/default/files/17thReport%281701%29.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

______. Sixteenth report of the Secretary-General on the imlementation of Security Council resolution 1701 (2006). **United Nations**, jul. 2011b. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/sites/default/files/16thReport%281701%29.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

______. Thirteenth report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolution 1701 (2006). **United Nations,** jul. 2010b. Diponível em: <https://unifil.unmissions.org/sites/default/files/N1043481.pdf>. Acesso em 21 out. 2016.

______. Resolution 1701, aug. 2006. **United Nations.** Disponível em: < http://www.unsco.org/Documents/Resolutions/S_RES_%201701(2006).pdf>. Acesso em 3 out. 2016.

SEPAHVAND, Mohammad Kasem; ASGARKHANI, Abumohammad. Outcomes of thirty-three-day war of Hezbollah in Lebanon with Israel. **International Letter of Social and Humanisti Sciences**. Vol. 56, 2015, p. 80-89.

SILVA, André Luiz Reis da; ANDRIOTTI, Luiza Salazar**.** A Cooperação Sul-Sul na política externa do governo Lula (2003-2010**)**. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 3, n. 14, 2012.

SILVA, André Luiz Reis da; PILLA, Bruno. O Oriente Médio na política externa brasileira (1947-2011): aproximação, distanciamento e engajamento. **Ciências & Letras**, n. 51, p. 111-133, 2012 Disponível em: <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos> Acesso em: 21 set. 16.

SILVA, André Luiz Reis da; KUNRATH, Bruna. O Brasil como mediador da paz no Oriente Médio. **Meridiano 47,** n. 116, 2010, p. 18-20.

SOARES DE LIMA, Maria Regina, A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul, **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 48(1), pág. 24-59, 2005.

SOUZA, André de Mello e. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. **IPEA**, Brasília, 2014, p. 277.

UNITED NATIONS INTERIM FORCE IN LEBANON. **UNIFIL Maritime Task Force**. Jun. 2016. Disponível em:< http://unifil.unmissions.org/unifil-maritime-task-force>. Acesso em: 5 out. 2016.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **Country Profile:** Lebanon. 2012. Disponível em: <http://www.unfpa.org.lb/UNFPA-LEBANON/Country-Profile.aspx>. Acesso em: 27 set. 2016.

VALLER FILHO, Wladimir. O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. **Fundação Alexandre de Gusmão**, 2007, p. 369.

VERENHITACH; Gabriela D., DEITOS; Marc Antoni; SEITENFUS; Ricardo**.** O Brasil e a Cooperação Triangular Sul-Sul para o desenvolvimento: o caso do Haiti. **I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)**, 12 a 14 de novembro de 2007.

VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e interesses organizados**: Os atores privados na cooperação técnica entre países em desenvolvimento brasileira. 2015. Tese (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo, São Paulo, p 165.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: A estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Revista Contexto Internacional**. Vol 29, n. 2, 2007, p. 2273-335.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro; DUNLOP, Regina Maria Cordeiro; FERNANDES, Leonardo Luís Gorgulho N. **O Brasil no Conselho de Segurança da ONU**: 2010-2011. FUNAG, Brasília, 2014, p. 782.

ZAHREDDINE, Danny. A resolução 1559 e o assassinato do ex-Primeiro-Ministro Rafic Al Hariri e seus impactos para o equilíbrio regional de poder no Oriente Médio. **Revista Conjuntura Internacional**, 2005. Disponível em: <http://pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050707094621.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.